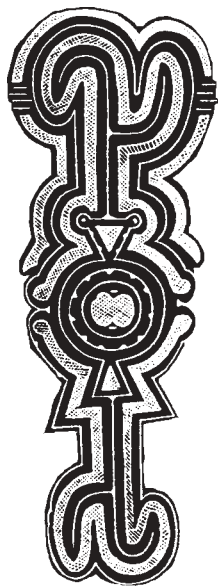


O outro lado do abismo

As perspectivas
Latino-americanas e do Caribe
diante da CMSI





Agencia Intergubernamental de la Francofonía

Agência Intergovernamental da Francofonia

Este livro foi produzido graças ao apoio financeiro da Agência Intergovernamental da Francofonia (AIF - <http://agence.francophonie.org>), uma organização que trabalha para a paz, a democracia e para os direitos humanos e que tem o seu foco no desenvolvimento sustentável e o acesso a informação dentro de um marco de respeito da diversidade cultural e lingüística. O apoio, viabilizado através de seu Instituto das Novas Tecnologias da Comunicação e da Capacitação (<http://intif.francophonie.org/>), cobre as traduções dos artigos, a edição, a impressão e a difusão deste livro assim como a criação do sítio web associado (<http://www.redistic.org/folleto-cmsi>).

A Francofonia foi a promotora de um esforço de colaboração de várias organizações do mundo francófono, hispanófono e lusófono, estabelecendo uma aliança para enfrentar as metas apresentadas pela sociedade da informação em relação com a diversidade cultural. O projeto Três Espaços Lingüísticos (<http://www.3el.org/>) é um âmbito inovador de reflexão para o desenho de novas estratégias de cooperação internacional que permitam reforçar, através do diálogo entre as culturas, a construção de uma cultura de paz, sendo um de seus valores principais o respeito pelas diferenças.

Desta forma a Francofonia contribuiu para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (<http://smsi.francophonie.org/>) e, em complementação de seu papel intergovernamental (ver as contribuições para Cúpula resultantes da Conferência Interministerial de Rabat em http://www.francophonie.org/documents/pdf/declarations/declaration_rabat_esp.pdf) apoiou a participação de atores e atrizes da sociedade civil nas diferentes etapas da Cúpula.

Publicação da "Rede sobre o Impacto Social das Tecnologias da Informação e Comunicação" (RedISTIC)

<http://redistic.org>

Editado em setembro de 2003

Comitê Editorial

Luis Germán Rodríguez, Coordenador (Igrodri@funredes.org)
Fundación Redes y Desarrollo (FUNREDES) Venezuela

Valeria Betancourt (valeriab@apc.org)
Asociación para el Progreso de las Comunicaciones (APC)

Rubén Darío Ibáñez (rdi@ricyt.edu.ar)
Centro REDES

Kemly Camacho (kemly@acceso.or.cr)
Fundación Acceso

Daniel Pimienta (pimienta@funredes.org)
Fundación Redes y Desarrollo (FUNREDES) República Dominicana

Susana Finkelievich (sfinkel@ciudad.com.ar)
INFOPOLIS. Universidad de Buenos Aires

Miguel Saravia (miguel@itdg.org.pe)
Intermediate Technology Development Group (ITDG)

Paulo Henrique Lima (plima@rits.org.br)
Red de Información para el Tercer Sector (RITS)

Rubén Araya (ruben@sociedadcivil.cl)
Universidad Bolivariana de Chile

Diagramação e desenho gráfico Maria Fernanda Sosa.
Ingenium Asesores Creativos

Traduções com a participação da União Latina (<http://www.unilat.org/>)
Colaboração especial de Bellanet (<http://home.bellanet.org/>)

Fotografias Yves Beaulieu. IDRC, 2003

Impresso em Editorial Ex Libris. Caracas, Venezuela.



Associação para o Progresso das Comunicações

Trata-se de uma rede internacional de organizações cívicas que dão poder e assistência a grupos e particulares que trabalham pela paz, pelos direitos humanos, pelo desenvolvimento e proteção do meio ambiente, através do uso estratégico de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), incluindo a Internet.

<http://www.apc.org>



Centro Redes

O Centro de Estudos sobre Ciência, Desenvolvimento e Educação Superior é uma instituição dedicada à pesquisa Interdisciplinar, à docência e à prestação de serviços técnicos, que tem por objetivo a abordagem de problemas relacionados com a ciência, a tecnologia, a inovação, as estratégias de desenvolvimento e a educação superior na Argentina e na América Latina. Ao mesmo tempo, é a sede de coordenação da Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT).

<http://www.centroredes.org.ar>



Fundação Acceso

Acceso é uma organização não-governamental de desenvolvimento, com sede na Costa Rica e programas ativos na América Latina.

Oferecemos assistência técnica, habilitação e apoio para o desenvolvimento institucional de organizações locais, nacionais e internacionais que compartilham nosso compromisso com o desenvolvimento equitativo, participativo e sustentável.

<http://www.acceso.org/>



Fundação Redes e Desenvolvimento

Organismo não-governamental Internacional dedicado à difusão das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) nos países em vias de desenvolvimento, especialmente na América Latina e no Caribe, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a integração regionais, colaborando com organismos internacionais, ONGs, Estados e instituições públicas ou privadas interessadas.

<http://funredes.org>

Infopolis

Programa de Pesquisas sobre a Sociedade da Informação (INFOPOLIS), do Instituto de Pesquisas Gino Germani, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Buenos Aires, que aborda temas relacionados com a Sociedade da Informação: e-governo, e-política, TIC e desenvolvimento local, indicadores da Sociedade da Informação na América Latina e no Caribe, apropriação social das TIC, telecentros, redes comunitárias e outros.

<http://www.fsoc.uba.ar/invest/iigg/index.htm>,



ITDG

Trata-se de uma equipe de cooperação técnica internacional que trabalha junto às populações rurais e urbanas com poucos recursos buscando soluções práticas para a pobreza mediante o uso de tecnologias apropriadas.

<http://www.itdg.org.pe/>



Rede de Informação para o Terceiro Setor

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos cuja missão é fortalecer as organizações da sociedade civil através do uso estratégico das TIC. Em seus principais eixos de trabalho oferece informação qualificada sobre o terceiro setor, o acesso democrático às TICs e a gestão do conhecimento, promovendo e oferecendo apoio para a articulação de redes e desenvolvendo atividades de corporativismo e advocacia, buscando a promoção de políticas e projetos para a inclusão.

<http://www.rits.org.br>



O Programa "Internet y Sociedad" da Universidad Bolivariana tem por objetivo contribuir para a formulação de políticas públicas que garantam o acesso, uso e apropriação social da Internet por parte dos agentes públicos, privados e da sociedade civil, com o propósito de maximizar o bem-estar social e o desenvolvimento sustentável. Para atingir seus objetivos, desenvolve atividades orientadas para: incentivar o debate sobre o impacto da Internet na Sociedade; desenvolver capacidades e tornar possível a apropriação social da Internet, além de desenhar e executar projetos-pilotos que facilitem os processos de aprendizagem e a multiplicação das práticas bem sucedidas.

<http://www.ubolivariana.cl/>



Introdução	7
Seção 1: Visões: Posições de princípios e valores que regem a orientação	
1. Trabalhando a Internet com uma visão social <i>Comunidad Virtual Mística</i>	9
2. Cooperação internacional baseada em conhecimento: Nos a queremos? e precisamos dela? <i>Rosa María Torres</i>	16
3. Uma proposta metodológica para medir a transição da América Latina para a Sociedade da Informação <i>Fernando Peirano</i> <i>Carlos Bianco</i> <i>Gustavo Lugones</i>	20
4. Abismo Digital: o que está acontecendo? <i>Daniel Pimienta</i>	24
5. TIC, desenvolvimento e redução da pobreza <i>Susana Finquelievich</i>	26
6. Ideias para repensar a Conectividade nas Áreas Rurais <i>Miguel Saravia</i>	29
7. O acesso da Sociedade Civil à gestão direta de meios de comunicação <i>Gustavo Gómez</i>	34
Seção 2: A Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação a partir da ALC	
8. Declaração de <i>somos@telecentros</i> para a cúpula mundial sobre a sociedade da informação <i>Comité Interino de <i>somos@telecentros</i></i>	38
9. A Cúpula Mundial Sobre a Sociedade da Informação vista pelos que trabalham no terreno: Entramos na roda ou criticamos do lado de fora? <i>Daniel Pimienta</i>	39
10. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação: As cartas estão marcadas? <i>Paulo Lima</i>	41
11. Devemos debater sobre o direito à comunicação com mente aberta <i>Marco Navas Alvear</i>	44
12. A Sociedade civil latino-americana ativa diante da CMSI: relatórios dos processos nacionais <i>Valeria Betancourt</i>	47

Seção 3: A sociedade da informação a partir da ALC: Temas e experiências próprias

13.	Reflexões sobre a sociedade do conhecimento na Costa Rica <i>Kemly Camacho</i>	51
14.	O Haiti na sociedade de informação: mecanismos e condições da apropriação tecnológica <i>Gotson Pierre</i>	54
15.	O papel da sociedade civil nos processos de infoinclusão <i>Paulo Lima</i> <i>Graciela Baroni Selaimen</i>	58
16.	Comunidades e portais cidadãos: para quê? Reflexões a partir de uma visão social da internet <i>Rubén Araya Tagle</i>	62
17.	Os povos indígenas e a sociedade da informação na América Latina e o Caribe: Um marco para ação <i>Isabel Hernández</i> <i>Silvia Calcagno</i>	66
18.	Formando Cidadãos para a Sociedade da Informação: A experiência dos Operadores da Rede de Informação Comunitária <i>Rodrigo Garrido</i> <i>Manuel Morales</i> <i>Alejandra Villarroel</i>	69

As perspectivas Latino-americanas e do Caribe diante da CMSI: O outro lado do abismo Introdução

1. Elaborado por uma associação de organismos de defesa da informação na África. © MISA 2003.

2. <http://redistic.org>

O processo gerado em torno à Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (RCMSI) é uma oportunidade para apresentar ao mundo as contribuições realizadas a este respeito na América Latina e no Caribe.

Diversos agentes deste setor no planeta trabalharam e trabalham para saber como utilizar efetiva e eficientemente os produtos baseados nas tecnologias da informação e comunicação (TIC) para a construção de uma sociedade que promova o desenvolvimento humano baseado na equidade e na integração de todos os cidadãos. Este trabalho, para muitos deles, começou há muito tempo. E sobre ele foram-se acumulando experiências significativas.

Esta publicação é uma contribuição de várias instituições que trabalham em temas ligados à sociedade da informação e suas variantes (comunicação, conhecimento, sabedoria etc.) na América Latina e no Caribe e que decidiram coordenar seus esforços para editar uma obra que reflita as “Perspectivas Latino-americanas diante da Cúpula da Sociedade da Informação”.

Sabemos que, na África, foi desenvolvido um projeto similar que teve boa acolhida tanto nesse continente quanto globalmente. (“*Our side of the Divide*”¹). É, sem dúvida, um exemplo interessante que nos estimulou a mostrar o nosso lado do processo.

Os artigos que integram a presente publicação são somente uma amostragem do que foi realizado na região. A obra reúne uma seleção de produções importantes que consideramos pertinente divulgar por serem representativas dos valores que partilhamos entre diversos agentes que trabalham neste campo na América Latina e no Caribe. Desses valores, queremos destacar, em primeiro lugar, que *a partir de nossas realidades, conhecemos e trabalhamos para nosso próprio desenvolvimento*, sem preconceitos nem complexos. Os melhores especialistas sobre o sul e suas realidades encontram-se neste mesmo sul. O apoio e a solidariedade serão sempre bem-vindos, mas é preciso entender que nós nos vemos a nós mesmos como protagonistas na construção desse futuro melhor que tanto almejamos.

O segundo valor é a *cooperação entre instituições do sul para nos fortalecer em nossos respectivos âmbitos*

de ação. Esta publicação é o resultado de um esforço coletivo realizado por diversas instituições da região que crêem ter se empenhado para consolidar projetos na região que conjuguem nossas melhores capacidades junto a outras instituições que estejam dispostas a nos acompanhar neste caminho.

O terceiro é o *da importância da participação da sociedade civil na formação da Sociedade da Informação*. Por isso, reunimos principalmente artigos oriundos da sociedade civil em suas várias expressões (acadêmica, organismos não-governamentais, entre outras relacionadas com a representação da sociedade civil).

Vale ainda destacar aqui que esta é uma primeira experiência-piloto a ser estruturada informalmente para formar o processo da Rede sobre o Impacto Social das Tecnologias da Informação e Comunicação (RedISTIC²). Somos uma organização que reúne instituições da sociedade civil e que pretende articular iniciativas de colaboração para buscar uma influência certa e efetiva junto às políticas públicas de TIC na região.

Sabemos que alguns temas-chave foram deixados de lado, mas isso se deve às limitações de tempo e orçamento deste projeto. No entanto, tentamos englobar um panorama amplo das realidades que vivemos.

Os artigos estão organizados em três seções. A primeira agrupa as posições de princípios e valores que regem a orientação regional para uma sociedade da informação. A segunda, reúne considerações sobre o processo da CMSI. A terceira seção apresenta as contribuições sobre temas e experiências próprias, com origem na América Latina e no Caribe.

Em resumo, o desafio traçado é duplo: por um lado, encontra-se a preocupação em documentar o processo vivido e, por outro, servir de referência àqueles que desejam aproximar-se do tema e conhecer as perspectivas específicas desta parte do planeta. Esperamos que o julgamento daqueles que tenham acesso a esta publicação, ao fazer um balanço final, nos seja favorável.

Luis Germán Rodríguez L.
Coordenador do Comitê Editorial
lrodrig@funredes.org

Trabalhando a Internet com uma visão social

COMUNIDADE VIRTUAL MÍSTICA¹

1. Directorio de la CV Mística: <http://funredes.org/mistica/castellano/emec/participantes/>
2. <http://funredes.org/olistica>
3. <http://funredes.org/mistica>
4. <http://funredes.org>
5. <http://funredes.org/olistica/documentos/doc2/isticometros.html>
6. http://funredes.org/mistica/castellano/ciberoteca/tematica/esp_doc_sam2_1.html
7. http://funredes.org/mistica/castellano/ciberoteca/tematica/esp_doc_cv.html
8. <http://www.acceso.or.cr/PPPP/>
9. <http://www.idrc.ca/pan/ricardo/publications/Ofelia.htm>
10. <http://www.itdg.org.pe>
11. <http://www.idrc.ca/pan/ricardo/publications/tcparaque.pdf>
12. <http://www.telecentros.org/>
13. <http://acceso.or.cr>
14. <http://www.funredes.org/olistica/socios/>
15. http://funredes.org/mistica/castellano/ciberoteca/tematica/esp_doc_olist.html

Contexto

Este documento foi realizado coletivamente (cf. capítulo “processo”) para servir de guia a várias atividades ligadas aos projetos Mística³ e Olística, coordenados pela Fundação Redes e Desenvolvimento (Funredes⁴).

Mais especificamente, serve de base para uma observação **alternativa** do impacto social das TIC na América Latina e no Caribe. Tal observação deve inspirar-se nos princípios da “Isticometria”⁵, que estabelecem que os indicadores precisam ser desenvolvidos dentro de processos **participativos** a fim de que se consigam vincular as prioridades de desenvolvimento estabelecidas pelas comunidades e de que estes indicadores sejam elaborados de acordo com a relevância social dos fenômenos para os quais apontam, relevância que não se pode abandonar aos preconceitos das elites ou dos agentes dominantes. De fato, o propósito é de que as sociedades, os agentes e, sobretudo, as pessoas que devem gozar de seus benefícios tenham uma participação no processo de formulação das **políticas públicas**.

Assim, este documento pretende modelar, em termos acessíveis a pessoas não especializadas no tema, a visão da Internet como ferramenta de desenvolvimento social que um **coletivo de pessoas** (*acadêmicos/as e gente da área*) foi conceituando em discussões virtuais desde 1999. O alcance deste documento deveria ir logicamente além dos projetos mencionados e poderia representar uma contribuição de nossa região ao debate internacional sobre a sociedade da informação.

Antecedentes

O projeto Mística produziu dois documentos coletivos anteriores sobre a mesma temática, mas com enfoques diferentes:

- **Doc-SAM:** “*Carta a Emilio o el relato onírico de la reunión de Samaná*”⁶, 5/99, enfocado, de maneira pedagógica e multimídia, na descrição dos processos de democracia participativa e no espírito resultante dentro da comunidade Mística. Esse documento é amplo e de leitura fácil, sendo útil para os que queiram adentrar-se na CV Mística ou entender a dinâmica do projeto.
- **DOC-CV:** “*Las TIC en América Latina y el Caribe en el contexto de la globalización*”⁷ 4/99, que enfoca a

visão da CV Mística sobre a relação entre TIC e sociedade. Esse documento é relativamente longo e foi redigido por e para especialistas da área. De alguma maneira, o presente documento atualiza o DOC-CV e tenta torná-lo acessível a um público mais amplo.

A esta lista deve-se adicionar um documento que não foi produzido coletivamente e que não faz parte das realizações do projeto Mística, mas que, no entanto, é fruto de consultas relevantes, transmitindo, em boa medida, as reflexões da CV Mística:

- “*Internet ¿para qué? Pensando en las TIC para el desarrollo de ALC*”⁸, 3/01, de Ricardo Gómez Martínez e Juliana Martínez. Esse documento é, ao mesmo tempo, vasto e pedagógico, sendo destinado a públicos não necessariamente especializados.

Existem, igualmente, outros documentos regionais com uma perspectiva bastante próxima, frutos da reflexão coletiva em outros espaços, direta ou indiretamente:

- “*Carta a la Tía Ofelia: Siete propuestas para un desarrollo equitativo con el uso de NTC*”⁹, 4/02, de Ricardo Gómez e Benjamín Casadiego, inspirados num trabalho de criação coletiva durante a Oficina de Intercâmbio de Experiências sobre Apropriação Social de NTIC para o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe, organizada por ITDG¹⁰, Cajamarca, Peru, 3/02.
- “*¿Telecentros para qué? Lecciones sobre telecentros comunitarios en América Latina y el Caribe*”¹¹, 9/02, de Ricardo Gómez, Karin Delgadillo e Klaus Stroll, inspirado na experiência do projeto Somos@telecentro¹².

Este conjunto de documentos, incluindo o presente documento, representam a produção **original e própria à região da América Latina e do Caribe** sobre as temáticas da sociedade da informação.

Processo

O processo de coletivização do documento foi sistematizado por **Kemly Camacho**, da Fundación Acceso¹³, da seguinte maneira:

- a autora redigiu uma proposta inicial onde tentou modelar o conteúdo consensual das discussões da Comunidade Virtual (CV) Mística nos últimos meses;
- esta proposta inicial foi submetida a discussão no âmbito do grupo de coordenação do projeto Olística¹⁴;
- produziu-se uma segunda versão¹⁵ que integrava os comentários do grupo de coordenação;

- a seguir, o documento foi levado a discussão¹⁶ no âmbito da CV Mística, com uma agenda de discussão que se estendeu por várias semanas;
- finalmente, os comentários coletados foram integrados nesse documento para produzir uma penúltima versão;
- esta, por sua vez, foi revisada por um grupo de coordenação e finalizada pelo responsável do projeto, Daniel Pimienta, antes de ser exposta à CV, que pôde avaliar se seus comentários tinham sido devidamente integrados e, assim, finalizar o documento.

Com este documento, chegou-se a um produto que reflete, de maneira geralmente consensual e em grandes linhas, os enfoques do coletivo Mística. Não obstante, salientamos que não se trata de um documento formalmente endossado por cada um dos participantes da CV Mística.

Os comentários finais, que abrem ainda mais as perspectivas deste documento, estão reunidos no seguinte endereço. <http://funredes.org/mistica/castellano/emec/produccion/memoria6/1326.html>.

Introdução

Já há algum tempo¹⁷, na Comunidade Virtual Mística, integrada por latino-americanos/as e caribenhos/as, estamos desenvolvendo um processo de reflexão sobre o tema do abismo digital, a sociedade da informação, o conhecimento e impacto social da Internet. Com o título de “Visão Social da Internet”, refletimos, entendemos e promovemos ações onde se aprofundem a compreensão dos efeitos e impactos desta tecnologia ao se inserirem em nossas sociedades e onde se estabeleçam ações que promovam uma apropriação social da Internet. A seguir, apresentamos os princípios fundamentais partilhados por aqueles que, como nós, fazem estas propostas.

1. *A Internet¹⁸ é um tema social, não só técnico ou comercial.*

Não vemos a rede de redes somente como uma plataforma tecnológica. Preferimos vê-la como um novo espaço de interação entre os seres humanos, criada por nós mesmos (as) para nosso próprio benefício.

Este espaço vai se transformando a partir da própria interação que vamos desenvolvendo. Então, consideramos que esta tecnologia deve ser vista, analisada, manuseada, estudada e utilizada do ponto de vista social, tentando entender os novos tipos de relações que se estabelecem dentro deste espaço, os novos processos sociais que gera, as transformações culturais que produz, as novas visões do mundo que se constroem, as novas relações econômicas que se estabelecem.

A Internet não deve ser vista como a rede de redes do ponto de vista técnico, ou seja, de máquinas interco-

nectadas. A Internet deve ser vista como uma rede de redes humanas que se relacionam umas com as outras e onde os computadores são somente a plataforma tecnológica que permite mediatizar¹⁹ essas relações.

Claro que o fato de que esteja baseada numa plataforma tecnológica de computadores inter-relacionados faz com que esta rede de redes humanas funcione com características inovadoras e específicas. A partir do momento em que as relações passam pela plataforma tecnológica, as comunicações sofrem modificações em sua forma e fundo.

Por outro lado, pensamos que é importante que a Internet não seja considerada somente como uma ferramenta para a realização de novas formas de intercâmbios comerciais – que é o que atualmente prioriza, estimula e apoia o setor privado –, mas também para promover a dinamização de estruturas e relações econômicas, políticas e sociais alternativas às tradicionais. Movida somente pelas forças de mercado, a Internet reproduzirá e aumentará as diferenças sociais existentes.

A sociedade civil tem um papel fundamental ao definir os novos tipos de relações e construções sociais que deveriam se desenvolver a partir da incorporação das tecnologias da informação e comunicação. Esta não é uma problemática só de governos e empresas.

2. *Estimulamos a igualdade na possibilidade de acesso, o uso com sentido e a apropriação social da Internet.*

Para a análise, conduzir as ações e elaborar propostas relacionadas com esta tecnologia, utilizamos as categorias de igualdade de possibilidade de acesso, com um sentido e apropriação social da Internet. Consideramos que a simultaneidade dos três aspectos é importante para atingir um impacto social positivo ao incorporar a Internet em nossos países.

Compreendemos o acesso com igualdade de possibilidades como a possibilidade de que todas as pessoas tenham acesso aos benefícios da Internet. Incorporamos nesta categoria tanto o acesso à tecnologia quanto o desenvolvimento das capacidades técnicas e metodológicas para poder ter um uso efetivo das potencialidades por ela oferecida. As barreiras ao acesso equitativo não são somente técnicas, mas também educativas, lingüísticas e culturais.

Neste sentido, também nos preocupamos com a busca de alternativas na conexão e capacitação gratuitas ou a baixo custo e com as políticas, a tomada de decisões e a administração na Internet. Estamos interessados em participar na definição das políticas ligadas às áreas, custos dos espaços na Internet e aspectos legais que rodeiam esta tecnologia de tal forma que nossas visões e interesses sejam levados em consideração.

Encontramos uma diferença entre o uso e o uso com sentido desta ferramenta tecnológica. Apoiamos as

16. <http://funredes.org/mistica/castellano/emec/produccion/>

17. Desde febrero del 1999 cuando se iniciaron las discusiones en la CV Mística.

18. “Internet” es un protocolo de comunicación (TCP-IP) que permite a computadoras entrar en comunicación. “La Internet” es una red que permite a personas comunicarse y informarse mediante el uso de máquinas y protocolos. Por eso preferimos utilizar la expresión “la Internet”, la cual se refiere a la red humana encima de la capa tecnológica.

19. Y en muchos casos, debido a sus limitaciones de interfaz, “mediatizar”...

ações que promovam um uso que relacione as necessidades dos diferentes grupos sociais e a busca de alternativas para as resolver utilizando a Internet.

Enfatizamos a apropriação social da Internet de forma que esta ferramenta adquira um significado na quotidianidade dos grupos sociais e venha a ser uma ferramenta para a geração de novos conhecimentos que lhes permita transformar as realidades nas quais se encontram inseridos.

3. Nossa intenção final é a transformação das sociedades.

Nós que estudamos, pesquisamos, avaliamos e estimulamos ações relacionadas a esta tecnologia com uma visão social, **manifestamos explicitamente que nos propomos a utilizar esta tecnologia como ferramenta para a transformação das sociedades.** Por isso, tentamos descobrir e incentivar maneiras para que ela contribua na construção de novas sociedades guiadas por valores comuns como relações mais equitativas, menos discriminatórias e que promovam a igualdade de oportunidades.

Além disso, enfatizamos, a partir de cada uma de nossas especificidades, nosso compromisso em promover ações que aproximem as oportunidades da Internet dos grupos menos privilegiados de nossas sociedades.

4. Não engrandecemos esta ferramenta tecnológica, mas encontramos na Internet uma oportunidade.

Não acreditamos que a Internet por si só produza mudanças que transformem as condições econômicas e sociais dos grupos menos privilegiados de nossas sociedades e do mundo. Não concebemos um processo linear; não acreditamos que exista uma relação automática ou uma relação causa-efeito entre a Internet e o desenvolvimento social.

Para que esta tecnologia seja aproveitada como uma ferramenta de desenvolvimento social, devem existir processos que possibilitem às populações, organizações e países apropriarem-se dessa tecnologia de tal forma que a Internet venha a formar parte de seu cotidiano e tenha um sentido em sua vida diária. Ou seja, que tenha um significado na possibilidade de melhorar as condições de vida, que seja algo próximo e relevante para a transformação das relações sociais, econômicas e políticas existentes.

Devemos insistir para mudar o sentido das ações relacionadas à Internet e que são estimuladas. Estas ações priorizam a instalação de conexões e equipamentos e, posteriormente, pergunta-se para que podem servir. Convidamos a uma reflexão inicial conjunta sobre os principais problemas e necessidades existentes, como a Internet pode contribuir para resolvê-los e, posteriormente, decidir se são realizáveis, como e onde, estas instalações de equipamentos e conexões.

A Internet é uma porta aberta e ainda podemos aproveitar as organizações, comunidades, pessoas e países para melhorar as condições de vida das populações menos favorecidas.

Mas também estamos cientes de que tudo depende das ações que empreendamos num futuro próximo para que os espaços de aproveitamento da Internet na transformação das sociedades se reduzam ou se ampliem.

Neste sentido, a Internet deve responder a uma estratégia de comunicação e informação adotada por aqueles que desejam, como nós, uma melhoria das sociedades nas quais vivemos.

5. O conceito de abismo digital deve ser abordado de forma coletiva, e não individual.

O abismo digital é produto da ruptura social. Primeiramente, consideramos que o abismo digital não existe por si mesmo, mas é o produto das rupturas sociais. Ou seja, trata-se das diferenças sociais preexistentes, políticas ou econômicas, da distribuição do poder e dos recursos que as provocam.

O abismo digital não enfrenta somente máquinas conectadas. Enfrentar o abismo digital implica não só dispor de computadores, mas também desenvolver as capacidades necessárias junto à população para que possam aproveitar esta ferramenta tecnológica em benefício do desenvolvimento político, social e econômico. Isso significa, além de poder ter acesso a computadores conectados, melhorar a auto-estima, a organização comunitária, o nível educativo, as capacidades de interação com outras pessoas e grupos, os níveis de empowerment para ser propositivo, entre outras coisas. Vencer o abismo digital significa que os grupos com os quais trabalhamos têm capacidade suficiente para poder aproveitar esta tecnologia e melhorar suas próprias condições de vida e a de seu meio.

Em resumo, o abismo digital não deve ser medido somente por sua infra-estrutura (por exemplo, o número de máquinas conectadas), mas também pela capacidade que tenhamos desenvolvido para transformar a informação disponível e as relações existentes na Internet em conhecimentos proveitosos para melhorar nossas condições de vida e nossas relações de apoio mútuo.

Superar o abismo digital é um problema coletivo e não individual. Por esta razão, não estamos de acordo com a idéia de focar a medição do abismo digital de forma individual. A medição mais comum é feita a partir do número de habitantes com relação ao número de máquinas conectadas. Damos ênfase à idéia de valorizar mais a opção coletiva. Neste sentido, consideramos que os benefícios da Internet não provêm da conexão em si, mas dos efeitos por ela produzidos. Ou seja, po-

deríamos falar de redução do abismo digital se os benefícios desta ferramenta atingissem uma comunidade por inteiro, ainda que esta comunidade tivesse poucos ou nenhum computador conectado. Quando falamos de superar o abismo digital, falamos de comunidades, organizações ou famílias que tiram proveito da Internet ainda que não estejam conectadas diretamente, e não da relação um a um, indivíduo-máquina.

Para exemplificar, se numa comunidade um grupo de jovens tem acesso à Internet em seu colégio (e não em sua comunidade) e descobre, por meio desta ferramenta, uma nova maneira de transformar em água potável a água do rio, discute sobre esta informação com os adultos, adapta a informação às suas condições de vida, realiza um projeto similar de acordo com suas necessidades e visões do mundo, conseguindo produzir entre eles/as água potável a partir da fonte do rio. E se isto serve de exemplo e o grupo continua atuando desta maneira, estará oferecendo à comunidade os benefícios da Internet. Então, podemos falar de ações que permitem uma redução do abismo digital junto à esta comunidade apesar de que somente um grupo de jovens tenha acesso à Internet e de que não existam computadores com acesso nesta comunidade.

Pensamos que o abismo digital deve ser valorizado com base nos benefícios oferecidos ou não pela Internet às populações e cremos que o simples fato de ter uma conexão não é suficiente para atingir estes objetivos. Evidentemente, estes processos são mais rápidos quando existem conexões na comunidade, mas a simples conexão não fará a diferença.

Assim, damos apoio às ações que reduzem o abismo digital, oferecendo os benefícios da Internet às populações de forma coletiva e não só às ações que tendam à conexão de todos à Internet. Pensamos que os esforços e recursos para a redução do abismo digital não devem estar centrados nas máquinas, mas sim nos processos comunitários, organizativos e nacionais que ofereçam os benefícios da tecnologia à maior parte da população.

6. Na Internet refletem-se as rupturas sociais de nossas sociedades: depende de nós aproveitar e defender os espaços abertos existentes.

É óbvio que na Internet existem diferenças. Não temos todos as mesmas possibilidades de acesso ao que se apresenta na rede, nem a mesma facilidade para visibilizar o que produzimos, nem os mesmos recursos tecnológicos e equipamentos para aproveitar esta ferramenta. Estas diferenças estão relacionadas com os custos e o conhecimento da tecnologia.

Preocupamo-nos por esta tendência, mesmo se pensamos que ainda existem muitos espaços abertos. Trabalhamos para apoiar ações que reduzam o perigo de

que a Internet se transforme numa ferramenta manipulada principalmente pelos recursos econômicos dos que dela participam.

Procuramos que as pessoas que menos possibilidades têm em nossas sociedades para serem ouvidas possam encontrar nesta ferramenta um espaço para suas vozes, para interagir e organizar-se com outras pessoas e um lugar onde possam encontrar informação que lhes ajude a buscar soluções e a resolver necessidades.

7. A Internet pode reforçar os processos de desenvolvimento humano já existentes

A Internet é sobretudo uma ferramenta apta a criar e reforçar as redes humanas. Sua introdução está possibilitando a criação de uma nova rede social que temos que compreender e dominar.

A Internet é uma ferramenta que pode facilitar, melhorar, agilizar os processos que se estão desenvolvendo nos países, comunidades, organizações e regiões, e que tendem a melhorar as condições de vida da maior parte das populações.

Portanto, damos apoio às ações que integrem a Internet dentro das práticas sociais e das iniciativas organizativas já existentes que tendem a melhorar as condições de vida dos menos favorecidos e que promovam o desenvolvimento de processos participativos mais amplos.

8. A Internet oferece informação, não conhecimento.

Pensamos que a Internet é uma fonte inesgotável de informação, mas que não nos fornece conhecimento.

O conhecimento é produzido por nós mesmos de forma individual ou coletiva ao assimilar a informação, refletindo sobre ela, adaptando-a a nossas experiências, necessidades, condições, visões do mundo, discutindo com outras pessoas pessoal ou virtualmente

A geração de conhecimento implica desenvolver o “processo de pensar” e esta é uma ação de caráter absolutamente humano. A Internet ajuda-nos neste processo, facilitando-o, já que encontramos em seu interior experiências parecidas, lições aprendidas, novas idéias sobre os mesmos temas, recebemos informação, ampliamos nossas visões, discutimos amplamente com pessoas e grupos de muitos lugares do mundo. Mas **o processo de geração de conhecimentos acontece fora da Internet.**

Acreditamos que é necessário ir além do mito de que a informação é conhecimento e de que, conseqüentemente, o simples fato de estar conectado à Internet possibilita obter mais conhecimento.

9. A geração de novos conhecimentos é um motor da mudança que a Internet pode fortalecer, mas é preciso descobrir como funciona.

A geração de novos conhecimentos que incorporam a Internet como uma ferramenta de informação e comunicação não é um processo fácil. É indispensável descobrir as novas habilidades e capacidades, a variação nos processos de trabalho, os novos perfis educativos que nos permitirão aproveitar melhor esta ferramenta para a geração de conhecimentos. **Se não fazemos estas reflexões, corremos o risco de coletar muita informação sem obter as mudanças almejadas e ficaremos inertes pela quantidade inmensurável de dados.**

A construção de conhecimentos que proponham novas soluções às necessidades, melhorem as formas de produção, proponha alternativas aos problemas, será o motor de transformação das sociedades. Mas, aprender a fazê-lo não é um processo espontâneo e, portanto, tratamos de apoiar os estudos e pesquisas que enfatizem a descoberta destas novas formas de produção e a promoção desta idéia junto às agências internacionais, governos nacionais e locais, organizações e comunidades.

A descoberta destas novas formas de produção deve ser feita em conjunto com os agentes sociais de forma que a construção leve em consideração as diferentes visões do mundo, estimulando o processo de apropriação da ferramenta tecnológica.

O importante é que a Internet se converta numa ferramenta útil para que os grupos sociais menos privilegiados gerem novos conhecimentos que lhes permitam melhorar suas condições de vida e transformar as sociedades em que vivem.

10. O impacto da Internet está nas mudanças que gera.

Continuando nesta linha de pensamento, quando se fala do impacto da Internet, tentamos entender como a Internet transformou o quotidiano das pessoas em sua vida pessoal, em sua atividade no trabalho, suas relações interpessoais, a nível organizacional e de cidadão.

Quando falamos de avaliar o impacto, tentamos descobrir em que medida a Internet está transformando as realidades grupais e pessoais daqueles que formam a sociedade. Não enfatizamos o número de computadores, as velocidades de conexão, a quantidade de mensagens, etc. Estes são para nós elementos que nos permitem compreender o contexto no qual vivemos. Tratamos de ir além do aparente para entender o essencial, o que restará desta transformação.

11. Preocupamo-nos saber que a introdução das TIC leva a transformações da sociedade que acarretam mudanças sociais positivas para nossa região.

Somos cautelosos ao afirmar que se está construindo uma nova sociedade da informação e do conhecimento. Tomamos cuidado para não estar repetindo um

slogan. Pensamos que todas as sociedades tiveram suas próprias formas de gerar conhecimentos e que esta depende do contexto cultural.

Constatamos com atenção as modificações nas estruturas sociais, políticas e econômicas que estão sendo produzidas para poder afirmar que não estão sendo reforçadas as estruturas existentes e que a transformação é substancial.

Além disso, não consideramos que a Internet seja o único fator de transformação das sociedades atualmente. Adotamos uma visão integral e crítica, onde se



analisem os muitos fatores e dinâmicas que as transformam permanentemente.

12. *Também é possível viver sem a Internet*

Pensamos que a Internet pode ter também consequências negativas na vida pessoal, organizativa e social. Com frequência, tudo o que viaja por este meio é mais quantitativo que qualitativo. A Internet pode produzir sobrecargas de trabalho, saturação, limitação no contato pessoal, sentimentos de imediatismo, diminuição dos espaços de leitura, reflexão e lazer.

Também é possível viver sem a Internet, apesar das pressões do contexto que incitam todas as pessoas, organizações e instituições a se conectarem. Não obstante, esta decisão deve ser feita com conhecimento de causa, ou seja, depois de ter tido a oportunidade de conhecer a dinâmica que a Internet implica.

13. *Considerações para determinar a apropriação social da Internet em nossas ações e projetos.*

Partindo das posições expostas anteriormente e em forma de resumo-guia, propomos a seguir uma série de perguntas que nos permitem analisar as diferentes propostas e ações desenvolvidas em relação com a incorporação da Internet em nossos países e seus habitantes.

1. Com relação ao acesso equitativo.

- Estamos dando prioridade aos grupos populacionais menos favorecidos?
- Estamos incorporando a capacitação técnica e metodológica como parte da conectividade?
- Estamos oferecendo acesso a todos os recursos da Internet para que as populações selecionem como melhor lhes convenha? Ou estamos restringindo o acesso somente a certos serviços?
- Os processos de acesso à Internet que estão se desenvolvendo ou que se propõem desenvolver estão promovendo acessos coletivos a esta ferramenta tecnológica? Em que sentido estas propostas e ações promovem a redução do abismo digital em termos de comunidades, organizações e famílias conectadas?

2. Com relação ao uso com sentido.

- Em que sentido os usos da Internet desenvolvidos atualmente (ou cujo desenvolvimento é proposto) estimulam a construção de relações mais equitativas, menos discriminatórias e que promovam a igualdade de oportunidades?
- Em que sentido os usos da Internet desenvolvidos atualmente (ou cujo desenvolvimento é proposto) promovem uma transformação das relações econômicas, políticas e sociais existentes?
- Em que medida os usos da Internet promovidos atualmente estão se integrando nas práticas sociais já existentes e não representam imposições ou mudanças não desejadas?

- Em que medida os usos da Internet promovidos atualmente fortalecem os processos participativos das populações com as quais se trabalha?

3. Com relação à apropriação social.

- Em que sentido as ações que se propõem desenvolver (ou que estão se desenvolvendo) estimulam as populações que delas se beneficiam a dar à Internet um significado próprio, autóctone e autêntico que responda à sua vivência quotidiana?
- Em que medida as ações que se propõem desenvolver (ou que estão se desenvolvendo), dão incentivo à participação das populações com as quais se trabalha na definição e administração do que vai ser realizado utilizando a Internet?
- Em que medida as ações que estão sendo estimuladas com a Internet apoiam os processos comunitários, organizacionais e nacionais que promovem uma transformação em direção a sociedades mais justas, equitativas e duráveis?
- Em que medida as ações estimuladas atualmente promovem processos que ofereçam os benefícios da Internet às populações menos privilegiadas das sociedades, especialmente às que não têm acesso a esta ferramenta?

4. Com relação à geração de novos conhecimentos.

- Em que sentido os usos da Internet estimulados atualmente estão resolvendo necessidades concretas das populações com as quais se trabalha?
- Em que sentido os usos da Internet estimulados atualmente estão contribuindo para a busca de alternativas aos problemas apresentados pelas populações com as quais se trabalha?
- Em que medida os usos das ações estimuladas atualmente estão contribuindo para melhorar as condições de vida das populações menos favorecidas?
- Em que medida os usos da Internet estimulados atualmente estão permitindo ampliar a informação disponível junto às populações para que estas tomem decisões com maiores critérios?
- Em que medida estão sendo estimuladas ações para melhorar as formas de seleção, organização, interpretação da informação útil para a vida quotidiana das populações com as quais se trabalha?
- Em que sentido as ações promovidas estão estimulando mudanças estruturais junto às populações e organizações para que estas possam desenvolver processos inovadores que permitam incorporar os benefícios da Internet à vida quotidiana?

5. Com relação à defesa dos espaços próprios na rede e à visibilidade.

- Até que ponto as ações que se promovem estimulam a produção de conteúdos locais?
- Que nível de participação estão tendo as populações com as que se trabalha no desenvolvimento de conteúdos locais?



- c. Em que medida estão sendo promovidas ações que permitam difundir e promover os conteúdos locais?
 - d. Em que sentido está sendo promovida a Internet como espaço de expressão dos grupos menos favorecidos da sociedade e das culturas populares?
6. Com relação à mudança social produzida pela Internet
- a. Em que sentido as ações de desenvolvimento da Internet promovidas atualmente estimulam aspectos como o desenvolvimento da auto-estima pessoal e coletiva, a organização comunitária, a melhoria do nível educativo, as capacidades de interação com outras pessoas, os níveis de empowerment e o desenvolvimento da capacidade de propor das populações com as quais se trabalha?
 - b. Em que sentido as ações de desenvolvimento da Internet estão transformando o cotidiano das pessoas a nível pessoal, de trabalho, interpessoal e cidadão?
 - c. Que probabilidade existe para que as transformações produzidas pelas ações executadas tenham continuidade no tempo?

Cooperação internacional baseada em conhecimento: Nos a queremos? e precisamos dela?

rmt_fronesis@
yahoo.com.
Buenos Alres,
Argentina.
Fronesis.
Abril 2001

ROSA-MARÍA TORRES

Apresentação

Este artigo aborda a “cooperação baseada em conhecimento” a partir de algumas perspectivas específicas: a) uma visão “do Sul”; b) uma perspectiva crítica; c) um foco regional sobre a América Latina; d) um foco sobre a educação.

Há pouca expectativa de que a “sociedade do conhecimento” e a “eterna aprendizagem” trarão a esperada “revolução da aprendizagem” e uma distribuição mais justa do conhecimento sem que ocorram mudanças fundamentais nas relações Norte-Sul e nos padrões de cooperação, bem como nos paradigmas de aprendizagem e conhecimento. Nunca antes estiveram disponíveis tanta informação e tanto conhecimento, meios tão poderosos e variados para democratizá-los e tanto destaque para a importância do conhecimento, da educação e da aprendizagem. Mas nunca antes o modelo de “educação bancária” esteve tão vivo e disseminado globalmente: entenda-se educação como uma via de mão-única para transferência de informação e conhecimento e entenda-se aprendizagem como absorção passiva dessa transferência. Muitos entusiastas das “sociedades do conhecimento”, da “nova articulação em rede” e da “eterna aprendizagem” sonham hoje com um mundo convertido em uma gigantesca sala de aula com uns poucos professores e milhões de passivos assimiladores de informação e conhecimento por meio de telecentros, computadores e internet. Numa era caracterizada por transformação, incerteza e imprevisibilidade, os disseminadores de conhecimento e os incentivadores da tecnologia parecem ter certezas demais sobre o presente e o futuro. “O que funciona” e “o que não funciona” são oferecidos como alternativas do tipo preto-no-branco, sem que sejam acompanhadas das perguntas óbvias: onde, quando, pra quê, com quem, para quem e sob quais circunstâncias?

A retórica da cooperação baseada no conhecimento insiste em evitar a discussão de questões como poder e interesses velados, não apenas dentro dos governos, mas também no âmbito da sociedade civil e das próprias agências de cooperação.

Cooperação baseada em conhecimento para países em desenvolvimento

Qual desenvolvimento? Qual conhecimento? Que tipo de cooperação? O que são “países”?

Não há nada de novo em “cooperação baseada em conhecimento”. Transferir conhecimento para “países em desenvolvimento” sob a forma de assistência técnica tem sido a razão de ser das agências.

“Cooperação baseada em conhecimento” é fundamentalmente “cooperação baseada na disparidade entre Norte e Sul”: doador/receptor, desenvolvido/não-desenvolvido, conhecimento/ignorância/ ensinar/aprender, pensar/agir, recomendar/obedecer, planejar/implementar. O Norte se enxerga essencialmente como um provedor de conhecimento e percebe o Sul como um consumidor de conhecimento. O Norte pensa, sabe, dissemina, diagnostica, planeja, monta a estratégia, realiza e valida estudos, dá conselhos, oferece modelos e lições e até mesmo relaciona os perfis desejados. O Sul não sabe: aprende, recebe, aplica, implementa. O Norte produz, sintetiza e dissemina *conhecimento*; o Sul produz dados e *informação*. O Norte elabora políticas globais a serem traduzidas pelo Sul em planos nacionais de ação.

Para propósitos de cooperação internacional, a palavra “países” tem sido pensada habitualmente como “governos”. A cooperação com governos tem sido considerada equivalente à cooperação com países e com as populações desses países, evitando, assim, considerações críticas em relação à representatividade de governos no que diz respeito aos interesses públicos e nacionais. Da mesma forma, a percepção abrangente que as agências têm de “países”, incorporando a noção de “sociedade civil”, tem permanecido estreita, simplista e centrada nas organizações não-governamentais, ignorando os vários atores que interagem nas verdadeiras sociedades civis: partidos políticos, movimentos sociais, a comunidade acadêmica, centrais de trabalhadores, organizações tradicionais, meios de comunicação de massa, empresas privadas, igrejas etc.

Estamos (os países do Sul) na luta e no rumo do “desenvolvimento”?

O “desenvolvimento” (no sentido de progresso) parecia alcançável nas décadas de 70 e 80. Nos anos 90 e neste início da década de 2000, o próprio termo virtualmente desapareceu do discurso político e acadêmico, do debate social e das expectativas sociais dos pa-

1. Versão reduzida de documento preparado para o Seminário Internacional “Development Knowledge, National Research and International Cooperation”, CAS/DSE/NORRAG, Bonn, 3-5 de Abril de 2001 que está incluído em: Gmelin, W.; King, K.; McGrath, S. (editors), Knowledge, Research and International Cooperation, University of Edinburgh, 2001. Ver em http://funredes.org/mistica/english/cyberlibrary/participants/docuparti/eng_doc_08/ para ler o texto completo com referências. <http://www.fronesis.org/prolat.htm>



íses do Sul. O discurso e os objetivos do desenvolvimento foram substituídos por “redução da pobreza”, “redução da dívida”, “combate ao desemprego”, “melhoria da qualidade da educação” etc. O espírito geral é de “reverter o declínio”, em vez de “assegurar o desenvolvimento”. O próprio significado de desenvolvimento, assim como os meios e as estratégias para alcançá-lo, não são de forma alguma consensuais e permanecem tema de debate e controvérsia não apenas no Norte e no Sul, mas também entre as próprias agências.

Existe uma coisa chamada “conhecimento do desenvolvimento”?

Quanto o “desenvolvimento” depende do conhecimento? Qual o conhecimento exigido para fazer o desenvolvimento acontecer em contextos de “não-desenvolvimento”? Existe algo do tipo “conhecimento do desenvolvimento”, de maneira geral? Está disponível, esperando para ser disseminado ou transferido por meio de capacitação? Quem detém ou deveria deter tal conhecimento, de modo que o desenvolvimento ocorra? É uma questão de disseminação e capacitação? A maior parte dessas questões já foi respondida ou não foi levantada pela comunidade de cooperação internacional. As agências, assim como os professores nas escolas,

devem saber – ou agir como se soubessem –, pois esse é seu papel e seu negócio. E assim como maus professores que têm as piores expectativas de seus alunos e preferem pensar por eles, as agências querem clientes ávidos por diagnósticos prontos, receitas, casos de sucesso transportáveis e facilmente replicáveis. A cooperação internacional convencional tem se desenvolvido em torno de uma premissa básica: o Sul tem os problemas, o Norte tem as soluções. Se a solução proposta não funciona, uma nova solução será apresentada e os países serão responsabilizados pelo fracasso. Da mesma forma que uma capacitação ineficaz de professores resulta em mestres que incorporam novos termos, mas não necessariamente abraçam novos conceitos ou transformam suas práticas, as agências têm incorporado totalmente jargões politicamente corretos como participação, consulta, transparência, responsabilidade, empoderamento e propriedade, dando-lhes seus próprios significados e funcionalidades.

Será que o [“bom”] conhecimento só pode ser encontrado no Norte?

O conhecimento produzido no Sul é desqualificado ou completamente ignorado. Quem lê publicações produzidas no hemisfério Norte provavelmente chega à conclusão de que não existe pesquisa, vida intelectual

ou debate sobre educação fora da América do Norte e da Europa e que a maior parte do que é produzido está no idioma inglês. Ainda assim, o Sul tem uma vasta produção intelectual e acadêmica, muitas vezes com um padrão de qualidade similar – ou superior – ao que é produzido no Norte, mas geralmente invisível para o Norte. A arrogância e o preconceito são importantes fatores explicativos, assim como as limitações de idioma. Enquanto os pesquisadores e intelectuais do Sul são freqüentemente leitores políglotas ou, pelo menos, bilíngües, muitos pesquisadores do Norte são monoglotos (especialmente angloparlantes nativos) e, assim, têm acesso limitado à produção intelectual disponível no mundo – o que não impede que falem para o mundo inteiro e, particularmente, para o mundo em desenvolvimento, mesmo quando acessam apenas sínteses produzidas no Norte dos estudos produzidos no Sul. Ser profissional e pretender cargos de nível internacional, hoje, requer não apenas equipes multidisciplinares, mas também multilíngües.

“Bom” conhecimento é conhecimento especializado?

As perversas conseqüências do trabalho de especialistas e consultores no Sul são enormes. Essa cultura reforça abordagens tecnocráticas e elitistas; *participação e consulta* social como meras concessões à democracia em vez de necessidades objetivas para o planejamento e a implementação de políticas. Ela cultiva a separação entre pensadores e realizadores, reformistas e executores, tanto em escala nacional quanto global. E reafirma a tradição de localizar os problemas no campo da implementação, nunca no campo daqueles que diagnosticam, planejam e formulam as políticas. Políticas efetivas e sustentáveis requerem não apenas (bom, relevante) conhecimento especializado, mas também o (explícito e implícito, científico ou não) conhecimento e a vontade de todos os envolvidos. A política em execução mostra a perene insuficiência do conhecimento especializado e a indispensável necessidade de consulta, participação e propriedade – quer sejam governos, instituições, grupos ou indivíduos – não apenas para a implementação, mas como condição para o bom planejamento.

Conhecimento “especializado” é bom conhecimento?

“Especialistas” cometem – e têm cometido muito – erros especiais e dispendiosos. O opaco relacionamento entre a validação do conhecimento e o poder (das agências) é um fator crítico não mencionado. Muitas idéias e tendências dominantes chegam a esse ponto não necessariamente por mérito ou por provar eficácia ao explicar ou transformar realidades, mas devido ao poder (ideológico, político, financeiro) que está por trás delas.

Informação, comunicação, conhecimento, educação e aprendizagem são a mesma coisa?

Informação, conhecimento, educação e aprendizagem são facilmente confundidos e utilizados indistintamente. Ignorando o conhecimento científico atualmente disponível sobre esses temas, e na melhor tradição do modelo de “educação bancária”, conhecimento e aprendizagem continuam sendo banalizados como um problema de acesso (antes, “à escola; hoje em dia, aos computadores e” à Internet) e/ou disseminação (de informação, de conhecimento, de lições aprendidas, de modelos a serem reproduzidos). Há razões para acreditarmos que essa banalização e essa confusão não resultam apenas de ignorância, mas de uma confusão deliberada. Ao menos que o Norte e o Sul se engajem seriamente em um trabalho de análise, pesquisa e debate sobre todas essas questões e suas implicações para uma “sociedade global de conhecimento e aprendizagem”, a “revolução da aprendizagem” poderá constituir um novo falso alarme, uma ilusão criada pela revolução tecnológica ou uma revolução apenas para poucos, com muitas vítimas e lacunas ainda maiores, controlada por poderes centrais e beneficiando fortes interesses econômicos.

Existe uma relação positiva entre conhecimento (especializado) e tomada (efetiva) de decisão?

A experiência com a Declaração Latino-Americana sobre Educação para Todos² representa um passo inovador e promissor que contradiz os padrões convencionais de cooperação Norte-Sul: é uma iniciativa endógena, nascida na América Latina, a partir das preocupações latino-americanas e conduzida em espanhol e português (aqui, a propriedade é um fato, não uma concessão). Não é uma ONG, mas um movimento social, envolvendo um largo espectro de setores e grupos, incluindo a sociedade civil, o governo e as agências. A informação disseminada periodicamente aos participantes é, ao mesmo tempo, local, regional e global. E a operação é conduzida voluntariamente, sem financiamento internacional e, dessa forma, com total autonomia intelectual e financeira.

Queremos “cooperação baseada em conhecimento” e precisamos dela?

Por que desejaríamos essa cooperação? Ela tem sido ineficaz e dispendiosa, aumentou nossa dependência e nossa dívida externa, não permitiu que desenvolvêssemos nossos próprios recursos humanos (embora tenhamos contratado consultores internacionais para nos especializarmos); não permitiu que identificássemos e desenvolvêssemos nossas próprias idéias, pesquisas, pensamentos, alternativas e modelos. E não permitiu que aprendêssemos com nossos erros e acertos.

2. <http://www.fronesis.org/prolat.htm>

Será que realmente precisamos dessa cooperação? A maior parte dos países do Sul, talvez todos, tem profissionais preparados e competentes para implementar reformas e políticas públicas para a educação. Além do mais, cidadãos nativos qualificados e responsáveis (mesmo estrangeiros que compartilhem dessas características e desses ideais) têm duas importantes vantagens em relação aos não-nativos: conhecem o(s) idioma(s) local(is) e têm a mesma história e a mesma cultura, amam seu próprio país. Motivação, empatia, sentimento de posse, identificação e orgulho e a sensação de fazer parte da construção de um projeto coletivo são ingredientes fundamentais para uma ação social e para a elaboração de políticas públicas efetivas e sustentáveis. Há uma diferença importante entre viver em um país e visitá-lo em missões técnicas. Consultores internacionais podem deixar idéias, documentos e recomendações, mas são os que vivem naquele país, naquela região ou comunidade que terão de fazer o trabalho. Separar e diferenciar os papéis dos que pensam e recomendam e dos que implementam e seguem as recomendações continua sendo a fórmula para o não-sentimento de posse (ou para o falso sentimento de posse) e, conseqüentemente, para o fracasso.

Algumas conclusões finais e recomendações

Se as agências de cooperação querem de fato ajudar os países do hemisfério sul, devem estar preparadas

para aceitar mudanças significativas em seus modos de agir e pensar. Não é apenas uma questão de “mais do mesmo” ou de aperfeiçoar os mecanismos e as relações de cooperação. O que é necessário é um outro tipo de cooperação, sob novas premissas e regras, a ser discutido e desenvolvido em conjunto com o Sul, em um diálogo profissional. Parceria, sim, mas não somente para negócios, como tem ocorrido.

O que as agências de cooperação podem fazer para ajudar os países do Sul?

- Não trabalhar unicamente voltadas para os países do Sul, mas também para os países do Norte.
- Reconhecer a diversidade e atuar de forma coerente com este princípio
- Rever as premissas de cooperação internacional baseadas em assimetria e no trabalho em uma única via.
- Estimular a análise social e ampliar o diálogo profissional com o Sul.
- Considerar análises e abordagens críticas da informação, do conhecimento, da educação e da aprendizagem.
- Fazer mais perguntas e valorizar a aprendizagem em conjunto.
- Ajudar cada país e a identificar e desenvolver seus próprios recursos humanos e suas capacidades.

Uma proposta metodológica para medir a transição da América Latina para a Sociedade da Informação

CARLOS BIANCO
GUSTAVO LUGONES
FERNANDO PEIRANO

peirano@
ricyt.edu.ar,
cbianco@
ricyt.edu.ar
yglugones@
ricyt.edu.ar.
Argentina.
Centro de
Estudios sobre
Ciencia, Desarrollo
y Educación
Superior (REDES)
Março 2003

1. Introdução¹

A recente revolução no campo das tecnologias da informação e das comunicações (TICs) abriu um processo de profundas mudanças políticas, culturais e econômicas. O movimento deste processo, que nos conduz à denominada “Sociedade da Informação ou Sociedade do Conhecimento”, despertou um grande interesse nos círculos políticos, jornalísticos, empresariais e acadêmicos. E com ele, a necessidade de contar com informação fidedigna tornou-se imperativa. Para propiciar uma resposta a esta demanda, é necessário contar com um sistema de indicadores que aborde especificamente os aspectos-chave deste fenômeno social e tecnológico. Não só para compreender e monitorar seu desenvolvimento, mas também para contar com uma ferramenta que permita orientar a ação pública e privada a fim de aproveitar as oportunidades e suavizar os riscos que uma transformação destas características encerra.

2. Os requisitos de um Sistema de Indicadores da Sociedade da Informação (SI)

A conformação deste sistema de indicadores referidos à SI requer que seja superada uma série de obstáculos e restrições. Uma das primeiras dificuldades é dada pelas características do fenômeno a ser medido. Sem dúvida, estamos diante de uma temática tão nova quanto extensa, fazendo com que a SI seja um assunto sumamente complexo. Por enquanto, só se tem um conhecimento rudimentar e sabe-se ainda menos sobre como ela se expressa em cada contexto local. Portanto, a falta de um marco teórico, que permita abordar o tema com maior facilidade, aparece como uma das primeiras questões a serem resolvidas.

Outra dificuldade se origina no fato de que estamos diante de um processo que, ainda que seja global, não é homogêneo. Os indicadores a serem adotados têm que ter a qualidade de poder ser comparados internacionalmente, mas, ao mesmo tempo, devem ser capazes de captar adequadamente a diversidade de situações locais.

Também existem restrições quanto às metodologias de coleta de dados. A crescente demanda de estatísticas referentes ao processo de transição para a SI tornou-

se uma nova exigência para os sistemas estatísticos nacionais, intensificando as restrições tanto orçamentárias quanto técnicas existentes nos países da América Latina para a produção de informação fiável, especialmente em temas recentes e sumamente dinâmicos. Algumas consultoras, instituições acadêmicas e câmaras setoriais trataram de satisfazer esta demanda, mas houve disparidades nos resultados. Na maioria dos casos, a informação fornecida é de qualidade duvidosa enquanto que, em outros casos, só se conseguiu oferecer uma mera compilação de cifras. **Portanto, no contexto Latino-americano, o desenvolvimento de um sistema de indicadores necessita analisar tanto os aspectos metodológicos (esquema de indicadores, pautas para a coleta e processamento da informação etc.) quanto as questões que dizem respeito à participação coordenada dos agentes responsáveis pela geração da informação.**

No tocante à arquitetura institucional do sistema, seria conveniente começar assinalando que se observa que a própria natureza do fenômeno leva a uma grande dispersão das fontes de informação. Normalmente, os dados e registros necessários para alimentar o sistema de indicadores de SI encontram-se nos institutos de estatística nacionais, nos organismos públicos encarregados das áreas de comunicações, ciência e tecnologia e de educação, câmaras empresariais, grandes empresas, organismos multilaterais, unidades acadêmicas e consultoras privadas etc. Diante desta situação, não seria conveniente tentar impor uma única fonte como sendo válida – e que dificilmente poderá cobrir todo o leque de temas abrangidos – mas optar por uma estratégia de trabalho em rede a partir da cooperação entre as diferentes fontes. Neste sentido, considera-se a necessidade de que apareça a figura de um **coordenador da rede** que garanta a participação harmoniosa dos diferentes agentes e propicie as condições necessárias para atingir um consenso sobre pautas metodológicas comuns. **Tão importante quanto saber o que medir e como o fazer, é o trabalho do coordenador da rede que deve assumir a tarefa específica de compilar e homogeneizar a informação proveniente de diferentes agentes a fim de garantir sua coerência e qualidade.**

3. A matriz de indicadores da Sociedade do Conhecimento

A partir destas observações e equiparações, formulou-se uma proposta que pretende ser um marco de referência para os vários agentes envolvidos com o fim de

1. No âmbito da Segunda Oficina de Indicadores da Sociedade da Informação - 27 e 28 de fevereiro de 2003, Lisboa-organizado pela Rede Ibero-americana de Indicadores de Ciência e Tecnologia (RICYT - Programa CYTED) e a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (Presidência do Conselho de Ministros - Portugal), foi apresentada uma proposta metodológica para a construção de indicadores que apresentem o estado atual e as características assumidas pela América Latina nos processos de transição para a Sociedade da Informação. Este artigo apresenta um resumo desta proposta. A versão integral pode ser obtida no endereço www.centroredes.org.ar.

canalizar esforços e atingir uma verdadeira sinergia entre as ações que estão sendo realizadas. Esta proposta foi estruturada em torno à denominada **“Matriz de indicadores da Sociedade da Informação”** e pretende ser uma contribuição para a tarefa de estabelecer as bases de um sistema de indicadores viável e pertinente no âmbito Latino-americano, capaz de descrever os aspectos centrais do processo de transição para a SI.

Dada a complexidade e amplitude dos temas contidos na SI, optou-se por não abordar o objeto de estudo como um todo, mas sim de forma segmentada, mesmo sem renunciar à perspectiva multidisciplinar, para, depois, no momento da análise, propiciar uma visão integradora. Portanto, e de acordo com as restrições e pautas surgidas, formulou-se um instrumento que ainda se encontra em fase de desenvolvimento e que poderia muito bem ser caracterizado como modular, flexível, gradual e cooperativo.

○ caráter modular da proposta

Como mencionado anteriormente, esta proposta metodológica se expressa e sintetiza num esquema matricial. Consideramos que a utilização deste recurso de representação permite destacar, transmitir e contextualizar com maior facilidade os principais conceitos e aspectos envolvidos. Como se observa na figura N° 1, este esquema está composto de duas grandes áreas. Por um lado, quatro setores ou atividades que constituem a base ou suporte necessário para a configuração de uma SI dinâmica e amplamente extensa: Educação, Ciência e Tecnologia, Informática e Serviços de Grande Valor Adicionado, e Telecomunicações.

Estas quatro atividades ou setores configuram a *“Submatriz de Difusão e Aproveitamento da Informação e do Conhecimento”* que ocupa a segunda entre as áreas mencionadas e que, por esta razão, tivemos que sobrepor à anterior na figura abaixo. Esta submatriz

está formada a partir de quatro eixos temáticos – infraestrutura, capacidades, investimentos e esforços acumulados, aplicações - cruzados por quatro fileiras referentes aos agentes-empresas, lares, governo, outras instituições.

Setores ou atividades de base

Os níveis alcançados por uma sociedade em matéria de educação, ciência e tecnologia, bem como o desenvolvimento da indústria de softwares e das telecomunicações incidem e condicionam, favorável ou negativamente, o desenvolvimento da SI. Precisamente, são estes setores os que conformam o marco dentro do qual o resto dos atores e agentes sociais tentam aproveitar, da maneira mais fácil e melhor possível, as ferramentas disponíveis para criar e administrar a informação, assim como a crescente oferta de bens e serviços intensivos em conhecimentos. Com a inclusão destes setores, procura-se dar maior destaque ao estado da situação e às principais tendências de certas atividades que acabam sendo necessárias, ainda que não suficientes para a conformação e consolidação da SI. A idéia subjacente é simples: quanto menor for o grau de desenvolvimento destes setores, mais dificuldades e obstáculos encontrarão os agentes econômicos e sociais para assimilar as práticas e ferramentas diferenciadoras da SC.

No tocante às possibilidades de medição, é viável encarar a abordagem quantitativa destas atividades a partir de uma seleção dos indicadores setoriais já gerados atualmente. Não obstante, é possível que a seleção tenha que vir acompanhada de uma reinterpretação da informação surgida a partir dos indicadores “tradicionais” tendo-se em conta o conjunto dos processos em curso.

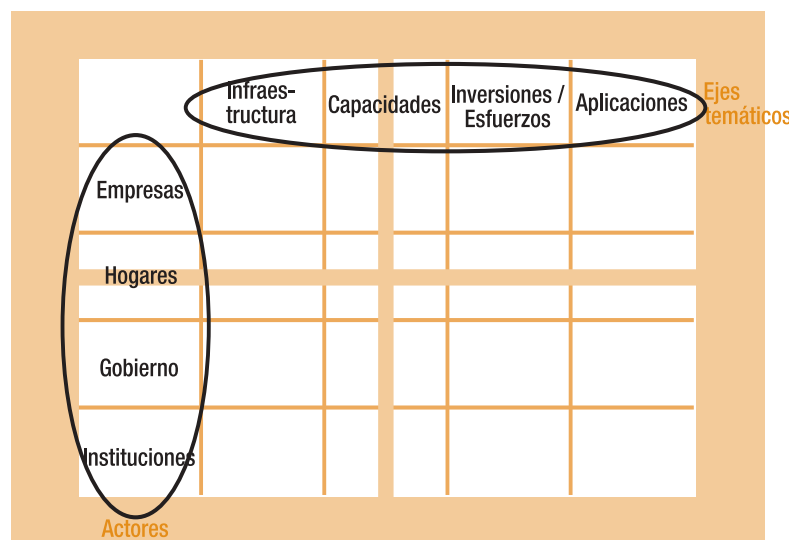
A submatriz de difusão e aproveitamento da informação e do conhecimento

A Submatriz de *Análise da Difusão e Aproveitamento da Informação e do Conhecimento* (SADA) está composta de quatro colunas e quatro fileiras. As colunas expressam as principais variáveis teóricas ou eixos temáticos a serem avaliados. Os agentes sociais e econômicos aparecem nas fileiras. O enfoque baseado nestes quatro agentes surge a partir de uma escolha e, obviamente, não é a única maneira de abordar o amplo e complexo conjunto de situações que surgem com o despontar da SI. A preferência por esta alternativa apóia-se em que se trata da melhor maneira encontrada para conjugar a capacidade explicativa com a viabilidade de aplicação. Além disso, parece oportuno destacar que tal como ela está formulada, facilita o “diálogo” com outras metodologias dado que as categorias propostas (fileiras) podem associar-se rapidamente aos conceitos de *e-business*, *e-government*, *e-entertainment*, *e-learning*, *e-health* etc.

Figura 1. Matriz de indicadores de la Sociedad del Conocimiento

TELECOMUNICACIONES		INFORMÁTICA Y SERVICIOS DE ALTO VALOR AGREGADO			
	Infraestructura	Capacidades		Inversiones / Esfuerzos	Aplicaciones
Empresas					
Hogares					
Gobierno					
Instituciones					
EDUCACIÓN		CIENCIA Y TECNOLOGÍA			

Figura 2. Análisis de la Difusión y el Aprovechamiento de la Información y el Conocimiento



○ caráter flexível da proposta

No começo deste documento, destacamos que esta proposta metodológica tentou tratar em sua formulação as dificuldades e restrições dos sistemas de geração e compilação de informação estatística da América Latina. Neste sentido, parece importante sublinhar a possibilidade e conveniência de gerar informação utilizando tanto metodologias de tipo “apreciativos” quanto “quantitativos”. Diferentemente do que acontece com as outras propostas, o enfoque modular deste instrumento permite satisfazer a demanda informativa de forma combinada. Ao ser organizada em módulos, nossa proposta permite que cada um dos aspectos possa ser abordado através de uma técnica de coleta de informação mais conveniente ou fácil de ser aplicada em cada caso. Para alguns módulos, será possível oferecer dados estatísticos enquanto que em outros será possível dispor de informação proveniente de consultas e fontes qualificadas. Por outro lado, a adoção de uma postura de exclusão apresenta uma ameaça de atentado contra a viabilidade de sua aplicação.

A ênfase colocada na possibilidade de combinar enfoques de aproximação para cada um dos aspectos ou módulos a serem relevados encontra plena justificção quando se reconhece a importância de gerar informação que permita apreciar em toda sua extensão e complexidade o “*abismo digital*”. As diferenças existentes, nesta temática, entre países e continentes podem ser verificadas com certa facilidade. Mas, talvez sejam ainda mais profundos e preocupantes os contrastes que estão surgindo dentro de grupos sociais ou de regiões que até há pouco tempo se consideravam homogêneos em matéria de capacidades e possibilidades de desenvolvimento.

Neste sentido, parece sumamente recomendável que, em lugar de tomar a totalidade da extensão geográfica do país como unidade de análise para aplicar o esquema metodológico proposto, faça-se uma opção por regiões mais delimitadas. É óbvio que isto representa uma nova exigência para os sistemas estatísticos já que serão requeridos dados sobre temas que só há pouco começaram a ser levantados e sua pesquisa não se realizará de forma regional ou local. Assim sendo, um mesmo módulo ou aspecto pode conter indicadores provenientes de dados quantitativos quando se refere a uma cidade, província ou distrito importante além de informação resultante das consultas a especialistas para as áreas em que o sistema estatístico ainda não gera algarismos desagregados. Em definitiva, diante da crescente demanda de informação e do interesse em formular políticas e ações orientadas para reduzir o abismo digital, considerou-se importante dar prioridade à geração de respostas baseadas em critérios comuns através de uma metodologia que possa ser aplicada a unidades geográficas ou a temáticas que não tenham sido objeto de atenção no passado. Ao mesmo tempo, esta resposta, que talvez seja parcial ou até mesmo superficial, contribui para sensibilizar sobre a necessidade de melhorar e ampliar os estudos e fontes estatísticas.

○ caráter cooperativo da proposta

A estrutura modular do instrumento também apresenta outra interessante derivação. O fato de que cada interseção entre fileiras e colunas da SADA - junto com os setores que a enquadram - faça alusão a um aspecto específico do fenômeno da Sociedade da Informação faz com que, uma vez decidido o esquema geral e ao ter-se chegado a um acordo sobre os critérios metodológicos básicos, cada agente possa escolher o módulo que lhe pareça de maior afinidade ou para o qual possua maiores competências. Isto implica em que a rede possa possivelmente ser enriquecida através da participação de outros agentes, além dos responsáveis pela geração da informação, como unidades acadêmicas ou usuários qualificados. Esta diversidade de agentes pode enriquecer sobremaneira o sistema de informação.

○ caráter gradual da proposta

Assim, é muito provável que, a partir das recomendações e do trabalho de cada grupo, surjam novas subfileiras e subcolunas que permitirão enriquecer o esquema geral. Desta forma, cada grupo de desenvolvimento trabalhará com a expectativa de que suas contribuições serão somadas e combinadas com as realizadas pelas outras equipes.

Em outras palavras, através do trabalho coordenado ou cooperativo, o esquema e, sobretudo, a SADA, irão ganhando profundidade. Cada módulo surgido da

intersecção de fileiras e colunas pode transformar-se numa nova submatriz com seus próprios agentes e eixos temáticos. A experiência acumulada até o momento indica que, com certeza, a abordagem de cada módulo requererá resolver questões teóricas e práticas de grande importância. A construção de indicadores é um desafio que não se restringe à técnica de coleta de informação.

Também necessita, mais do que normalmente pode parecer, um sólido marco teórico. Antes de começar a propor indicadores para cada módulo e a proceder ao seu cálculo, será necessário compreender e conceituar o fenômeno que se deseja quantificar. Sem um marco teórico sólido, a possibilidade de identificar correta-

mente os elementos-chave do fenômeno corre grandes riscos, já que os esforços de medição podem se distrair ao enveredar para questões que não apresentem os pilares constitutivos dos processos nem a dinâmica dos mesmos. Em definitiva, parece sensato pensar que cada grupo ou módulo temático deverá compreender e formular um marco conceitual ligado a seu tema específico (que deverá ser coerente com o esquema geral, caso se aspire a uma associação dos resultados obtidos por outros grupos ou equipes), estabelecer as variáveis teóricas e os indicadores que apresentem aspectos relevantes do fenômeno em estudo e desenvolva os instrumentos que permitam obter a informação estatística desejada.



Abismo Digital: o que está acontecendo?

pimienta@
funredes.org.
República
Dominicana.
Funredes
Março 2002

DANIEL PIMIENTA

Nos últimos anos, a rede humana MÍSTICA (<http://funredes.org/mistica>), constituída por pesquisadores e agentes da América Latina e do Caribe, vem refletindo coletivamente sobre um tema tão famoso chamado “**Abismo Digital**”. Muitas vezes, o grupo impacienta-se com a retórica dominante por ser superficial e simplista, já que tende a aniquilar as promessas realmente sociais (a *apropriação social das tecnologias* e, a partir daí, o “*empowerment*” das pessoas e comunidades) e a polarizar a discussão encima do tema dos acessos em seu sentido mais restrito (*Por acaso, trata-se somente de fabricar consumidores no Sul para o mercado do comércio eletrônico e seus produtos procedentes do Norte?*).

- A base do problema é a ruptura social e não o **abismo digital**. As diferentes estatísticas entre os países do Sul e do Norte sobre o acesso de usuários às TIC são somente o reflexo desta fratura socioeconômica (que, por sua vez, também existe nos países industrializados).
- Com certeza, o coletivo MÍSTICA (no qual interagem vários agentes do terreno, sendo que alguns deles lutam pela disseminação das TIC já há mais de 15 anos) considera que, sob certas condições, as TIC podem representar uma **oportunidade extraordinária** de lutar contra a fratura social. Não obstante, nada leva a pensar que a **conexão em massa** das pessoas seja a condição para que esta possibilidade se realize.
- Os **obstáculos** a serem vencidos para que as pessoas possam mudar seu meio social e econômico através do uso das TIC não se limitam à existência de uma **infra-estrutura de telecomunicações** que seja acessível e a um preço abordável, ainda que esta condição seja, obviamente, necessária. Existem outros obstáculos, como o uso do próprio idioma e da educação em geral e, mais especificamente, a cultura da informação.
- Esta **cultura da informação** (ou cultura de redes), para além da habilidade no uso das TIC com plena consciência dos **desafios** sociais, econômicos, lingüísticos, culturais, políticos e ecológicos (no sentido da ecologia da informação), só pode ser adquirida através de **uma formação integral e de práticas comunitárias**. Trata-se de acompanhar os usuários

para que sejam **produtores de conteúdos** e **agentes de desenvolvimento** dentro de suas comunidades e não somente consumidores mais ou menos especialistas.

Caso se trate somente de oferecer acessos baratos (ou até mesmo grátis) e de uma capacitação para o uso de programas próprios num PC, as conseqüências serão somente a estimulação das **vendas** de empresas de programas informáticos e a **criação de clientes** para os produtos do comércio eletrônico oriundo dos países industrializados....

Comparando duas pessoas do Sul diante de um PC e vendo-se aparentemente uma prática similar, as diferenças em termos de impacto para o desenvolvimento social podem ser muito significativas. Para apresentar dois casos extremos e esquematizar a mensagem, imaginemos:

- “A” (com frequência um “Yupie” de um País em Vias de Desenvolvimento) “surfa” pela Web e faz amizades consultando o “chat”, compra pela Internet os produtos que manda vir de Miami;
- “B” cria uma página que reflete sua cultura e sua língua, participa em conferências eletrônicas profissionais nas quais empreende ações de colaboração à distância a fim de contribuir para o desenvolvimento de seu país; busca com aptidão a informação de que necessita para alcançar os objetivos anteriores; anima uma comunidade virtual e facilita a venda de produtos do artesanato de sua região através de seu site Web (baseado em programas livres).

Finalmente, “A” está diante de sua tela, enquanto que “B” está diante de seu teclado, o que é muito diferente...

Qual a influência respectiva de “A” e de “B” no desenvolvimento de seu país? Provavelmente negativa no caso de “A” (certamente negativa em termos de balança de pagamento em dólares!). Com certeza positiva no caso de “B” (provavelmente positiva mesmo em termos econômicos!).

Que diferença existe entre uma comunidade de **telecentros** “X” e um **cibercafé** “Y”? Ambos oferecem, de maneira aparentemente idêntica, recursos de acesso compartilhado entre várias pessoas que, assim, não têm a obrigação de possuir infra-estruturas individuais de acesso (PC, modem, linha telefônica...). Mas, há **diferenças profundas** que só aparecem depois de um exame cuidadoso. O primeiro adapta-se ao **tecido comunitário** e articula, através das TIC, soluções para vári-



as necessidades dentro da comunidade (como conselhos legais ou as remessas de sua família exilada nos Estados Unidos). Oferece uma formação que objetiva a **apropriação da ferramenta**. O segundo não está ligado à comunidade e limita-se à venda de **serviços** que só habilitam seus clientes a utilizar programas informáticos, em sua maioria ligados à **diversão**.

Na verdade, há um continuum de práticas entre “A” e “B”, assim como entre “X” e “Y”. Esquematizá-lo poderia ser bastante simples.... Mas, sejamos objetivos: do que se trata? De formar usuários de tipo “A” e promover o desenvolvimento de centros de tipo “Y”? Com certeza este não é o desejo da **sociedade civil organizada** dos países em vias de desenvolvimento. E este é o perigo de uma retórica que simplifica o chamado “Abismo Digital”...

No Sul, os agentes da área preocupam-se por uma **mobilização da atenção e dos recursos** por parte dos

países industrializados e dos organismos internacionais que pretendem contribuir com uma resposta ao “Abismo Digital” com soluções nas quais **realmente não estão representados os agentes sociais** e no âmbito de uma administração financeira na qual as contribuições, uma vez mais, permanecerão em grande parte em mãos dos agentes do Norte (*um exemplo, entre muitos outros, é o projeto do Banco Mundial “Global Development Gateway” cujo custo representa o orçamento de milhões de projetos regionais de desenvolvimento como o projeto Mística*).

Já é hora de ver que o **modelo atual de cooperação internacional** necessita para si mesmo uma **mudança de paradigma** que dê maior apoio à solução mais autêntica, vinda das bases, em lugar de continuar a impor soluções pré-fabricadas, distantes das realidades e nas quais as equações econômicas são absurdas...

TIC, desenvolvimento e redução da pobreza¹

susana@finquel.com.ar
Argentina.
Infopolis
Junho 2003

SUSANA FINQUELIEVICH

Podem as tecnologias de informação e comunicação (TIC) ter impactos eficazes na redução da pobreza na América Latina e no Caribe? Esses impactos podem ser registrados no curto e no médio prazos? No caso de serem positivos, devem-se a uma soma de microempreendimentos locais de aplicação de TIC, ou a programas estatais ou regionais integrais? Como afetam a forma diferencial pela qual homens e mulheres sofrem a pobreza e o desemprego? O projeto “TIC e a redução da pobreza na América Latina e no Caribe” se propõe a identificar em que medida e de que maneira as TIC podem ser usadas, em particular a Internet, para elaborar estratégias e políticas públicas que respondam de forma adequada às necessidades da população, que estimulem o desenvolvimento sustentável e que incluam pelo menos quatro atores sociais: governos em todos os seus níveis, o setor acadêmico, as empresas e as organizações da sociedade civil.

Geração de emprego

No que diz respeito à **geração de emprego**, os planos e os projetos implementados na maioria dos países da Região não levam em consideração o uso das TIC para capacitar os setores de menores rendas nas novas demandas do mercado trabalhista. Em várias ocasiões, a única relação entre esses programas e as TIC é sua presença na Internet. Na Argentina, o Plano Donas e Donos de Casa implica apenas a recepção, por parte da população, de um “salário” de 150\$ argentinos (50U\$). Não há nenhuma exigência de trabalho ou de formação, embora uma etapa posterior bem que poderia treinar os desempregados no uso de ferramentas TIC. Entretanto, o uso de TICs permitiu a administração do projeto e sua relativa transparência: os nomes dos beneficiados aparecem listados na sua página web.

No Brasil, embora seja oferecida formação para os desempregados, esta se baseia na gestão e nas formas de cooperativismo, mais que na formação em TIC. No Chile, o Ministério do Trabalho e Previdência Social implementou o Programa Pró-emprego², entre outros, mas este sofre, também, de falta de formação específica em TICs. O mesmo se repete nos demais países tomados como estudo de caso.

É possível deduzir que não existem, na ALC, nem políticas públicas nem programas que façam uso intensi-

vo das TIC para definir populações-fim (por exemplo, tomar determinado bairro como experiência-piloto, usar uma das TIC na formação ou na criação de postos de trabalho e, depois, repetir a experiência de acordo com sua efetividade) com a finalidade de conseguir melhor integração da sociedade à SI. Além disso, salvo raras experiências, estimula-se o associativismo da população para a criação de cooperativas ou similares, e não se usa o potencial das TIC para isso.

Os países da ALC são mais produtivos no que se refere ao **desenvolvimento de PyMES** – muito vinculado à geração de empregos –, mas poucas são as experiências em que se realiza uma articulação real entre este setor e o uso de TICs, embora muitos planos e projetos o mencionem. Na Argentina, o Conselho Federal de Investimentos³, CFI, pôs em marcha Centros de Acesso nas cidades capitais das províncias argentinas: locais atendidos por pessoal treinado para as diferentes atividades que são desenvolvidas, para as quais se dispõe de uma sala com computadores e da infraestrutura necessária para a realização de vídeo-conferências, seminários, cursos de capacitação etc. Dentre os diversos objetivos que levaram o CFI a instalar esses centros destaca-se a contribuição para a formação de vínculos de cooperação entre empresários e oferecer informações a PyMES.

O *site* Empresa do Ministério de Economia do Governo do Chile⁴ lançou em maio de 2000 a Janela Única para a Empresa⁵, coordenando os esforços governamentais dos diferentes serviços públicos e organismos da Administração do Estado. Oferece um conjunto de trâmites e conteúdos públicos importantes para os empresários, por meio de serviços *on-line* de Internet. Possui informação sobre os microempreendimentos e o fortalecimento das PyMES, dirigida a torná-las foco de possível geração de emprego e, sobretudo, de exportações. Além disso, oferece estatísticas e eventos sobre esse desenvolvimento.

A Colômbia também privilegia o desenvolvimento de PyMES. O Projeto Prymeros – Pymes na rede de comércio eletrônico⁶ faz parte da Agenda de Conectividade. Sua orientação é no sentido de desenvolver mecanismos que permitam o uso maciço da Internet pelos empresários e o apoio direto mediante serviços de capacitação, diagnóstico e acompanhamento em consultoria, que assegurem a implementação de soluções de comércio eletrônico nas PyMES inscritas em comunidades empresariais. O **Projeto Incentivos à inovação tecnológica em PYMES⁷**

1. Este artigo se baseia no projeto de pesquisa “TIC e redução da pobreza na América Latina e no Caribe”, financiado pelo IDRC, do qual participaram os pesquisadores Silvia Lago Martínez, Néstor Correa, e os assistentes Alejandra Jara e Ariel Vercelli. Neste projeto foram analisados, em particular, via Internet, os programas governamentais da Argentina, do Brasil, do Chile, da Colômbia, de Cuba, do Peru, do México, do Uruguai e da Venezuela.

2. http://www.mintrab.gob.cl/interiores/pro_empleo.html

3. http://www.cfired.org.ar/esp2/indices/f_1.htm

4. <http://www.sitioempresa.cl/>

5. www.sitioempresa.cl

6. <http://www.agenda.gov.cl/online/articulos/26/>

7. <http://www.agenda.gov.cl/online/articulos/28/>



está vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Econômico por meio do Fundo Colombiano de Modernização e Desenvolvimento Tecnológico das Micro, Pequenas e Médias Empresas (FOMIPYME).

No Uruguai, a Intendência Municipal de Montevideu, em sua Unidade PyMES, criou o curso de custos e preços para empresários de micro e pequenas unidades, via Internet. A Unidade Pymes⁸, com a colaboração de **Dednet** (Distance Educational Network), **IATE (Instituto Argentino de Técnicas Empresariais)** e **IEVI (Instituto de Estudos Virtuais Iberoamericano)** realizou – durante o ano de 2002 – a primeira edição do Curso.

Desenvolvimento comunitário e Planos alimentares

No que diz respeito a desenvolvimento comunitário e planos alimentares, eles são forçosamente numerosos, considerando que a pobreza e o desemprego aumentaram na Região, mas, em sua maioria, apenas usam as TIC para a administração dos planos de assistência social. No Brasil, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e de Combate à Fome implementou o Projeto Fome Zero⁹: uma proposta de política de segurança alimentar elaborada por mais de 100 especialistas, acadêmicos e representantes da sociedade civil. O Ministério da Educação implementou o Programa Bolsa-Escola¹⁰, cujo objetivo é erradicar a evasão escolar no ensino fundamental por meio da transferência de renda, com o objetivo de incentivar a matrícula e a permanência na escola. O programa entrega recursos às famílias pobres com filhos em idade escolar, por meio de um cartão magnético. Este cartão – também utilizado no Programa Fome Zero – é a única relação que os usuários dos programas têm com as TIC.

Entretanto, o Brasil implementou uma iniciativa que deve ser assinalada: o Ministério de Assistência e Promoção Social implementou a Rede Articulada de Informações de Assistência Social¹¹, uma ferramenta destinada a fortalecer um esquema de funcionamento de assistência social baseado num sistema descentralizado e participativo. Pela primeira vez será possível reunir, num único lugar, todas as informações de assistência social no país. Poderão ser consultados indicadores sociais e demográficos dos estados, municípios e regiões. Além de informações sobre as ações sociais financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, também poderão ser incorporadas ao Portal as ações empreendidas e financiadas por outras esferas do governo e demais entidades da sociedade civil. Dessa forma, o Portal Internet de Assistência Social deverá transformar-se na espinha dorsal do combate à pobreza e à exclusão no país. O Portal foi projetado para que todos os interessados e participantes do Sistema Nacional de Assistência Social possam participar da criação da Rede Articulada de Informações de Assistência Social, com o objetivo de facilitar o acesso

às informações e fomentar uso de ferramentas de apoio à gestão de programas de assistência social. Atualmente encontra-se disponível de forma restrita, para os usuários internos do Ministério, por meio de uma Intranet.

No Chile, o Fundo de Solidariedade e Investimento Social (FOSIS)¹² é um serviço público descentralizado, presente em todo o país, que financia – total ou parcialmente – planos, programas, projetos e atividades especiais de desenvolvimento social. Eles devem resolver problemas de receita ou de qualidade de vida e devem ajudar as pessoas a desenvolver atividades, capacidades e habilidades que permitam superar sua situação de pobreza. A comunidade pode ter acesso a esta informação no portal do FOSIS, que apresenta, também, dados sobre os projetos que obtiveram sucesso.

No México, os programas referentes ao Combate à Pobreza e ao Desenvolvimento Social estão sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDESOL)¹³, que conta com um Plano Nacional de Desenvolvimento. Sua missão é formular e coordenar a política social solidária e subsidiária do governo federal, orientada por uma visão do desenvolvimento social do México até o ano de 2025. O SEDESOL coordena dez Programas; nenhum deles se refere diretamente às TICs, exceto o Programa Capacitação e Fortalecimento Institucional¹⁴: contempla o uso de ferramentas de capacitação à distância, que se realizam por meios informáticos e eletromagnéticos, de comunicação eletrônica, sonoros e audiovisuais; também oferece apoio econômico para propostas de capacitação e fortalecimento institucional apresentadas pelas OSC; serviços de informação, assessoria e vinculação e assessoria relativa à gestão social e à formulação de projetos produtivos e sociais; acesso sem custo ao Centro Documental e à base de dados do Sistema de Informação de Organizações Sociais do INDESOL.

Saúde e TICs

No que diz respeito ao setor **saúde**, encontram-se iniciativas interessantes, embora pouco desenvolvidas. No Brasil, o Ministério da Saúde desenvolveu a Carteira Nacional de Saúde¹⁵, que possibilita a vinculação dos procedimentos executados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Foram feitos registros de usuários, de profissionais e de unidades de saúde, a partir dos quais os usuários do SUS e os profissionais recebem um número nacional de identificação. O sistema da Carteira Nacional de Saúde é constituído por uma infra-estrutura de informação e de telecomunicações, cuja função é captar, armazenar e transmitir as informações sobre os serviços realizados, bem como aplicativos desenvolvidos especificamente para o sistema da Carteira. Eles permitem a coleta de informa-

8. <http://www.montevideo.gub.uy/pymes/capacita.htm>

9. <http://www.fomezero.gov.br/>

10. <http://www.mec.gov.br/bolsaescola/default.asp>

11. <http://www.assistenciasocial.gov.br/optimalview/optimalview.urd/portal.show>

12. <http://www.fosis.cl/Portal.asp>

13. <http://www.sedesol.gob.mx/index/main.htm>

14. <http://www.sedesol.gob.mx/programas/capacitacion.htm>

15. <http://www.saude.gov.br/cartao/>

ções vinculadas com o atendimento realizado, contribuindo para a organização dos serviços de saúde, para melhorar e ampliar o acesso dos usuários a eles. Dentro dos objetivos do projeto destacam-se a construção de uma base de dados da história clínica; a imediata identificação do usuário para agilizar o atendimento; a ampliação e melhoria do acesso da população aos medicamentos; a possibilidade de revisão do processo de compra de medicamentos; a integração de sistemas de informação; a revisão dos critérios de financiamento e racionalização de custos; o acompanhamento, controle e auditoria do sistema de serviços de saúde; a gestão de recursos humanos. Assim será possível saber quem está sendo atendido, por quem, onde, como e com que resultados.

Em Cuba, a maioria dos serviços sociais que utilizam TIC parece ter se concentrado na área da saúde. A Infomed¹⁶ se propõe a formar uma rede telemática integrada de acesso e de gestão da informação e do conhecimento, que se apóia nas TIC, para melhorar o atendimento médico, a docência, a pesquisa e a gestão da saúde. Surgiu em 1992 como uma necessidade de desenvolver as redes acadêmicas mantidas por TIC, como alternativas de acesso à informação relacionada com as ciências médicas. Infomed recebe forte apoio do Governo. Organizações como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) deram importantes contribuições para seu desenvolvimento. O Sistema Nacional de Saúde cubano conta com uma infra-estrutura de informação e comunicação que une todas as suas instituições, seus profissionais e técnicos entre si e com o resto da sociedade.

Em sua fase de experimentação, o Programa introduziu pela primeira vez, em Cuba, o uso do WebTV para facilitar o acesso à Rede por parte dos consultórios do médico de família. Esta tecnologia permite utilizar o televisor para conectar-se à rede por meio dos serviços dos *sites* Web. Este Programa recebeu o Prêmio Stockholm Challenge 2002, pelo mérito de resolver a limitação de recursos e de melhorar a saúde da comunidade utilizando as TIC de forma custo-benefício, ao criar uma rede nacional e internacional de informação e de conhecimento.

○ subemprego das TIC

Em síntese, as políticas nacionais detectadas quanto ao estímulo ao desenvolvimento sustentável e ao combate à pobreza, longe de estar orientadas ao fortalecimento das comunidades, trabalham sempre sobre problemas conjunturais. Caracterizam-se por serem

pontuais, dispersas, fragmentadas; das experiências identificadas é possível concluir que essas iniciativas ainda estão longe de evoluir para políticas estruturais, permanentes e efetivas. Tanto as políticas de desenvolvimento comunitário, caracterizadas pelo assistencialismo, como as políticas de emprego, cujos traços dominantes são: não capacitar a força de trabalho – tanto empregada como desempregada – para as ferramentas da nova economia, contribuem para agravar a fragmentação das políticas e programas de luta contra a pobreza. Embora muitos dos países estudados possuam ou consigam recursos financeiros para seus planos assistenciais, assim como redes de infra-estruturas de acesso à Internet (como os Centros Tecnológicos Comunitários da Argentina), tais recursos não são utilizados para capacitar a população em massa – sobretudo a população desempregada – no uso de TICs.

Esta tendência pode ser observada, também, na falta de articulação – tanto das políticas de emprego como daquelas de desenvolvimento comunitário – com as políticas e estratégias dirigidas ao desenvolvimento de PyMES como fontes primárias e possíveis de emprego e objetivos de modernização tecnológica, relativa tanto aos modelos de negócios como aos paradigmas de reorganização da produção. Existe uma grave desarticulação entre as três instâncias: geração de empregos, desenvolvimento comunitário e planos alimentares, e desenvolvimento e promoção de PyMES.

Para que esta articulação exista, o uso de TICs e das ferramentas da Sociedade da Informação tornam-se imprescindíveis. Em geral, pouquíssimas estratégias, políticas, planos e programas detectados consideram as potencialidades das TIC para tais objetivos. O esboço dos programas identificados que incluem as TIC como ferramentas no combate à pobreza deverá ser, provavelmente, uma segunda fase a ser atingida. Embora os programas analisados usem TIC para sua administração, praticamente nenhum deles planeja, no momento, usar as TIC para articular as três instâncias mencionadas anteriormente. Esta tendência se reflete no que diz respeito ao setor saúde: encontram-se iniciativas promissoras sobre o uso de TIC em saúde pública, sobretudo no Brasil e em Cuba, mas, em geral, as políticas estatais ainda não consideram a necessidade de inclusão das TIC nas estratégias de melhoria da saúde da população, tanto preventiva como assistencialmente. As experiências de sucesso detectadas, nesse sentido, têm origem no setor privado da saúde e no setor associativo.

16. www.infomed.cu y <http://www.infomed.sld.cu/>

Ideias para repensar a conectividade nas áreas rurais

MIGUEL SARAVIA

2. Carta a la Tía Ofelia / Ricardo Gómez e Benjamín Casariego. Bogotá: IDRC, RAICES MAGICAS e ITDG, 2002. pág. 12. <http://www.idrc.ca/pan/ricardo/publications/ofelia.htm>

3. http://www.itdg.org/html/about_us/faq.htm#Who was ITDG's founder?

4. <http://www.itu.int/itunews/issue/2002/05/rationale.html>

5. <http://www.lincos.net/>

6. <http://www.sdnp.undp.org/it4dev/stories/malaysia.html>

7. <http://www.digitalopportunity.org/cgi-bin/index.cgi?root=2822&url=http%3A%2F%2Fwww%2Eproppoor%2Ecom%2Fnews%2Ffar0206%2Easp%235>

8. <http://www.idrc.ca/lacro/docs/conferencias/pan9.html>

9. <http://www.infocentro.gov.ve/index.php>

10. <http://www.compartel.gov.co/contenido/articulo.asp?chapter=147&article=138>

11. <http://www.mwebafrica.com/hub/ict/> y <http://www.siemens.co.za/index.jsp>

“Os mercados, as guerras e os produtos se globalizam, assim como os impactos sobre o meio ambiente e a circulação das ideias. No entanto, para a grande maioria das pessoas o sentido de sua vida permanece sendo o que tem a seu redor, sua realidade local. As TICs fazem que seja cada vez mais fácil estar em contato com o resto do mundo, mas isto só tem sentido para o desenvolvimento humano se se converte em resultados concretos no entorno imediato das pessoas.”²

ITDG, fundada por Schumacher³ no Reino Unido, tem a missão de pesquisar e disseminar tecnologias que respondam diretamente às necessidades das populações mais isoladas e empobrecidas do mundo, sob o lema. “Aprender o que fazem as pessoas e ajudá-las a fazê-lo melhor”.

Aplicar o enunciado anterior a nosso trabalho em tecnologias da informação e comunicação –TIC- e especificamente ao tema da conectividade rural, deveria levar-nos a afirmar: aprender como se comunicam as pessoas para ajudá-las a fazê-lo melhor. As TIC, e Internet em particular, nos abriram um novo cenário de trabalho, onde o local e o global se combinam e onde temos que aprender do que já se faz para fazê-lo melhor.

Notamos com preocupação nos programas nacionais de acesso universal uma tendência a priorizar a conexão para o plano global e não tanto do local. Com as palavras de Emilio, o personagem da Carta à Tía Ofelia, diríamos, “Sabemos de muitas pessoas e organizações que estão bem conectadas com o mundo virtual, e não conhecem a seus vizinhos ou não fazem nenhuma atividade com outras organizações semelhantes em sua mesma cidade.”

Este artigo se consagrará a propor idéias para repensar o esquema de acesso universal que se vem implementando no Peru e em vários países de América Latina; e é também um convite a trabalhar juntos num novo paradigma de desenvolvimento das telecomunicações rurais, que ponha em evidencia o interesse coletivo e as necessidades locais de comunicação, e que, dinamizando as economias locais,

conecte-se ao mundo através de serviços de telecomunicações de qualidade, a custos razoáveis, conformes com as necessidades comunicacionais dos usuários e o que é mas audaz, mais libertador, administrado por eles mesmos.

A conectividade de hoje em dia

O interesse dos Governos de fornecer Acesso Universal às áreas rurais e às populações marginais deu lugar ao surgimento de planos nacionais de Acesso Universal que procuram pôr ao alcance dos cidadãos serviços de telecomunicações a uma distância razoável de seu lugar de residência, quando não em sua própria residência.

A materialização deste conceito progrediu no tempo e é assim que da simples instalação da telefonia pública em áreas remotas passamos à promoção de Telecentros ou Centros Comunitários Multipropósitos como convieram ITU e UNESCO a denominá-los⁴.

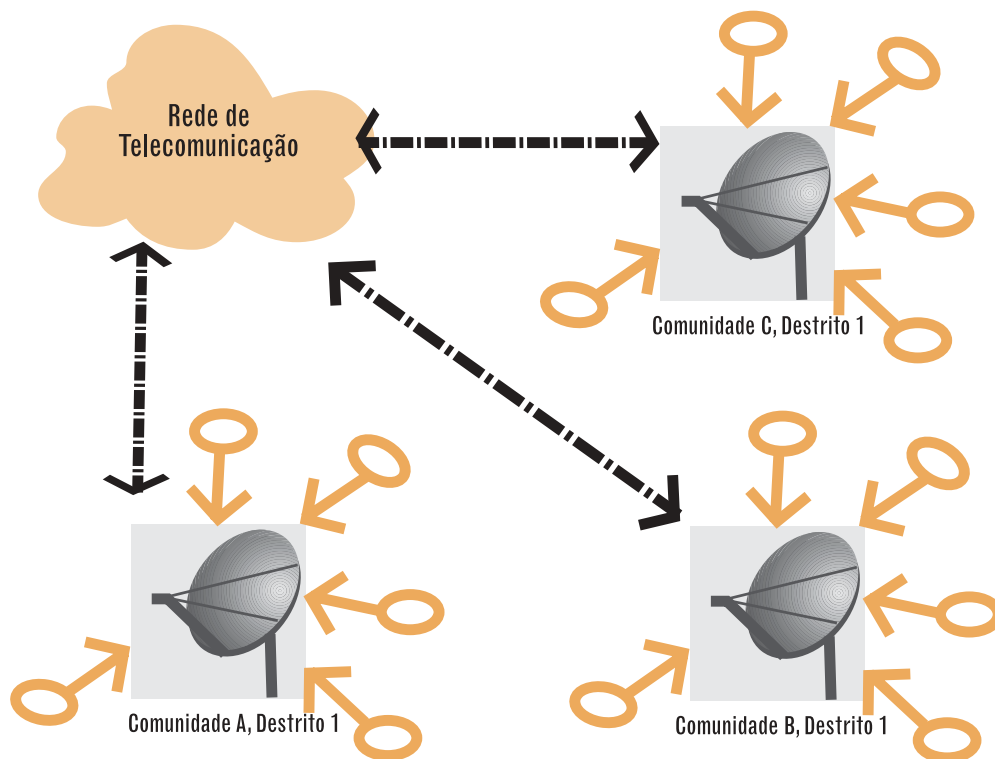
Desenvolveram-se diferentes modelos de conectividade com diferentes mecanismos de financiamento da conectividade e com diferente participação do setor privado e o setor público. Junto com a evolução tecnológica, avançamos também nos modelos para gerir a infra-estrutura a nível local, com diferente nível de participação dos atores locais: “containers” LINCOS⁵, Unidades Móveis de Internet promovidos pelo PNUD em Malásia⁶, cabines telefônicas melhoradas em Índia⁷, ou os Centros Comunitários Multipropósitos empregados em todo o mundo⁸.

Os diferentes modelos se configuram em função de quão amplo se entende o conceito de “acesso universal” e da capacidade financeira dos programas que o apoiam. Os Infocentros Venezuelanos dão acesso gratuito à Internet⁹; os Centros COMPARTEL operam com tarifas comerciais a partir de um subsídio inicial para a instalação da infra-estrutura¹⁰.

Associado a estes modelos de conectividade encontramos todos os modelos de negócio que possamos imaginar. Desde comerciais promovidos por SIEMENS na África¹¹, iniciativas mixtas como as que propôs originamente o Plano Huascarán no Peru¹², onde o Estado provê a infra-estrutura e os usuários pagam pelo uso do serviço, até o já mencionado caso Venezuelano de subsídio da conectividade através de um imposto que permitirá também o investimento em ciência e tecnologia venezuelana.

Todas estas iniciativas estão interpretando o acesso universal só pela metade de sua concepção: se centra em como conectar o local ao global, mas esquece o importante que é promover a conexão ao local... é por aí que começamos a imaginar o novo esquema de conectividade para áreas rurais.

O paradigma sobre o qual se baseiam os atuais modelos de conectividade e acesso universal, subentende que cada ponto novo conectado à rede tem um âmbito de influência que pode fazer uso das facilidades ali instaladas. Devido ao custo da infra-estrutura se estabelecem parâmetros para determinar onde se instalará a infra-estrutura: centros povoados com mais de 500 habitantes ou só nas capitais dos estados, etc.



Cada ponto da rede atende a uma população meta circundante e que deve acercar-se ao Centro Comunitário para utilizar os serviços que este oferece. Na maioria de casos no Peru, o usuário encontrará um telefone satelital com o que poderá comunicar-se para fora de sua comunidade. Assim, por mais próxima que seja a comunicação, esta sempre sairá primeiro ao satélite e baixará em seguida a procura de seu destino - bem provavelmente - um povoado vizinho.

Baseados em nossa experiência podemos afirmar que a maioria das pessoas fazem chamadas locais, isto é, em sua própria cidade, estado e região. Depois vem as chamadas nacionais a destinos próximos, quer dizer, a estados vizinhos ou com os quais a população rural tem contato direto e muito depois vem as comunicações nacionais mais distantes e as internacionais.

12. <http://www.huascan.gob.pe/>

13. <http://www.uib.colnodo.apc.org/>

14. http://www.infodes.org.pe/A_Chilala/pag_principal.htm

y <http://www.comunica.org>

15. <http://www.infodes.org.pe/>

Vários projetos tentaram adiantar a provisão do conteúdo local a partir da infra-estrutura implantada pelos projetos que seguem o esquema de conectividade descrito antes. Temos projetos de portais comunitários, serviços de criação de Web, comércio eletrônico, etc. A avaliação do impacto dessas iniciativas está pendente, mas podemos adiantar que o consumo desses conteúdos/serviços se dá por parte de pessoas de fora da comunidade.

Não conhecemos exemplos de camponeses acedendo a sua página Web para saber o preço da papa em seu mercado, porque já caminharam até o povo e já o averiguaram diretamente. Essas aplicações têm mais relevância para o âmbito urbano popular, ou para a periferia urbana que para o âmbito rural, como nos mostra a experiência das Unidades Informativas Barriais de Colômbia ¹³.

Onde temos encontrado sucesso no âmbito rural é quando estas iniciativas se combinam com meios tradicionais como o rádio, que justamente é intracomunitaria. Não aprofundaremos este ponto, podem visitar a página Web do projeto Chilala ou o trabalho de COMUNICA para maiores detalhes ¹⁴.

Si com efeito é um avanço conectar comunidades rurais que antes não estavam conectadas, mas é insuficiente se o avaliamos a partir da perspectiva de quanto contribui realmente ao desenvolvimento social.

A partir de nossa experiência em telefonia rural ¹⁵, as principais limitações desta forma de desenhar a conectividade são:

- Altos custos que obrigam a limitar os pontos de conexão e a estabelecer um âmbito de influência por ponto conectado que em alguns casos chega a 8 horas de distância a pé. A isto se soma o fato da limitação da largura de banda por ponto.
- Elevado custo de comunicação local para o operador: uma chamada do ponto A ao B - terá que usar o satélite ainda quando queira comunicar-se com seu próprio bairro.
- Pouco uso do telefone: pelo horário estabelecido e pelas distâncias de deslocamento requeridas.
- Elevado custo do acesso a Internet e limitada exploração da dita infra-estrutura pelos poucos habitantes que tem acesso permanente a ela. Para a maioria de populadores o único dia de acesso ao telefone e à Internet é o dia de ir ao mercado.

- Irrelevância do conteúdo publicado em Internet para os habitantes da comunidade
- Irrelevância do conteúdo publicado em Internet para os habitantes da comunidade
- Falta de motivação para o desenvolvimento de conteúdos e sua atualização local
- Serviço técnico especializado externo à comunidade e portanto caro e lento
- Ausência de Capacitação adequada a nível local

A conectividade que queremos

É necessário um novo enfoque que ponha ênfase na conectividade local, intracomunitaria, isto é: um paradigma que responda à forma como as pessoas se comunicam hoje e a adequação das opções tecnológicas a esta realidade.

Referimo-nos à possibilidade de criar redes comunitárias de banda larga, no espírito do criado por Wire.Less na Dinamarca ¹⁶ ou o que a Benton Foundation ¹⁷ acaba de publicar a respeito do potencial da banda larga para brindar melhores serviços a todos, ou o modelo de CDMA Wireless Local Loop que se vem desenvolvendo em Índia ¹⁸.

Será possível combinar isto com a rádio rural? Nossa aposta é a que sim, e como exemplo está a investigação que ITDG está fazendo sobre o trabalho da ALIN e a WorldSpace Foundation na África para o uso de rádios satelitais para o acesso a informação radial e multimídia ¹⁹.

Perdeu-se a lógica da conversação e de comunicação que um sistema de informação e telecomunicações deve proporcionar e que por sua natureza, as TIC têm ao voltar automaticamente a qualquer “conectado” a um emissor ou receptor. É necessário também ir ao resgate da dimensão humana dos que recebem e transmitem a informação ²⁰. Nossa idéia é que a telecomunicação ajude a reforçar os vínculos na comunidade a par de conectar esta com outras comunidades.

As características do novo enfoque que imaginamos são:

- Ênfase no diálogo local
- Facilita a comunicação intracomunitaria
- Banda larga
- Acessível a todos, em todo momento.
- Tecnicamente fiável e de baixa manutenção
- Baixo custo
- Comparte a conectividade com o exterior

16. <http://wire.less.dk/?1.0>

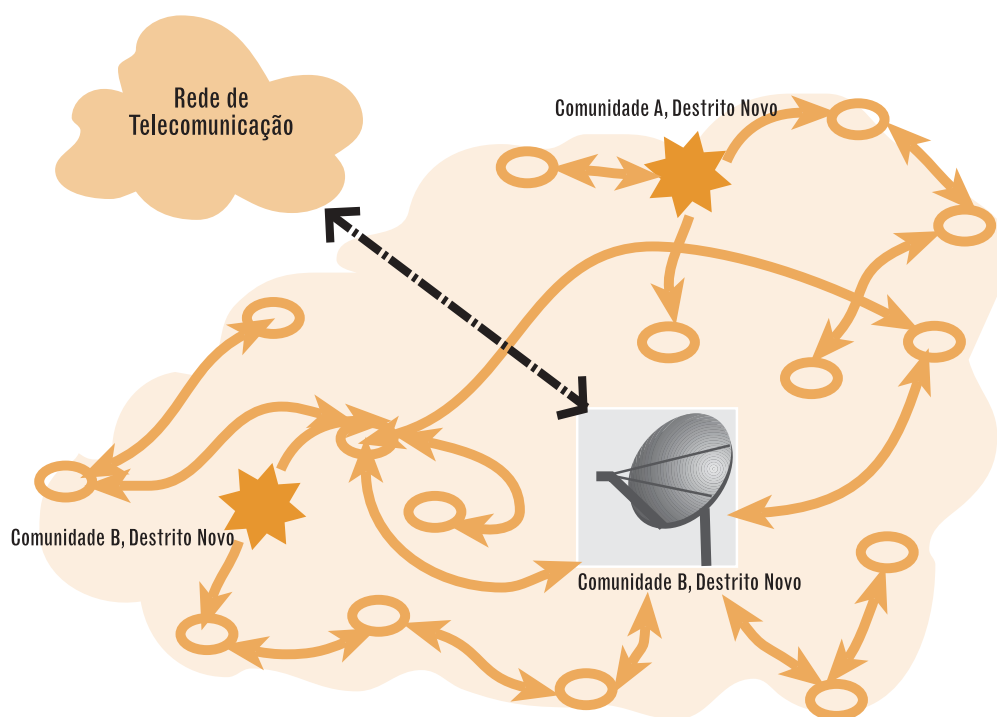
17. <http://www.benton.org/Library/broadband/broadband-world.pdf>

18. <http://www.wired.com/news/wireless/0,1382,56663,00.html>

19. <http://www.alin.or.ke/data/technologies.htm>

O que propomos se sustenta em experiências que estão hoje em dia implementando-se no mundo: criar redes comunitárias de banda larga que conectem mais um centro povoado e que com um sistema de gestão adequado se sustente no tempo e se interconectem às redes nacionais.

A rede comunitária permitiria a pobladores da mesma rede comunicar-se entre eles a tarifas bem baixas, pois seria uma rede privada local. Ao ser banda larga lhes permitiria também obter serviços de valor agregado, navegar em Internet local ou fazer consultas instantâneas al posto de saúde mais próximo remetendo imagens ou interagutando em linha com o especialista, sem deslocar o enfermo.



20. Una estrategia regional de comunicación entre investigadores, policy-makers y la comunidad. Lecciones y apuestas de REDUC / Patricio Cariola. Santiago de Chile, 1994. Borrador.

21. <http://www.fecoteldatos.com.ar/>

22. <http://www.ntca.org>

Diz-se, no entanto, que se os Governos com as justas podem cumprir com o esquema tradicional de conectividade, como vão comprometer a dar o seguinte passo? A resposta é que o novo esquema requer da participação da comunidade, requer seu compromisso e sua capacidade de organização. A comunidade tem que participar na expansão da infra-estrutura e no modelo de gestão que assegure a viabilidade do sistema.

Isto não é fácil e é quicá onde esta o maior problema de nossa proposta. Sem dizer necessariamente que essa seja a solução, cremos importante estudar as experiências das cooperativas de telecomunicações em Argentina ²¹ e a experiência da National/ Telecommunications Cooperative Association (NTCA) ²² dos Estados

Esquema predominante

- Alto custo por ponto e limitado largo de banda.
- Elevado custo de comunicação local e pouco uso do telefone.
- Elevado custo do acesso ao Internet e limitado uso do serviço. nistrador del centro comunitario.
- Irrelevância do conteúdo publicado em Internet para os habitantes da comunidade.
- Falta de motivação para o desenvolvimento de conteúdos e sua atualização local.
- Serviço técnico especializado externo à comunidade e portanto caro e lento.
- Ausência de Capacitação adequada a nível local.

Rede Comunitaria

- Um só ponto por Rede permitiria incrementar o largo de banda por ponto e fazer um melhor uso do mesmo.
- Comunicação local a tarifa plana, estabelecida pelo administrador segundo um estudo técnico de custos.
- Múltiplos pontos de comunicação facilita o maior uso do serviço.
- Para comunicações off-net toda a rede compartilha a conexão e se pode pagar tarifa vigente de telefonia rural sobre forma de pré-pagamento.
- Acesso permanente a Internet através de diferentes dispositivos e desde distintos lugares da Rede o que reduziria os custos e permitiria estabelecer planos tarifários de conexão a Internet segundo necessidades particulares.
- Diversificação de serviços melhoraria as possibilidades de sustentabilidade econômica.
- Possibilidades de desenvolver uma Intranet a qual os moradores possam aceder através de diferentes dispositivos.
- O custo da atualização da Intranet Comunitária pode incluir-se na tarifa plana por acesso à Rede Comunitária.
- Ao se massificar o nível de usuários locais e de assinantes à Rede, o administrador do serviço se motiva para manter atualizada a informação.
- Se gera a demanda de serviços técnicos locais para a manutenção da Rede e dos dispositivos de acesso.
- Administrador capacita permanentemente para incrementar o uso da rede local.

23. <http://caj.itdg.org.pe/telefonía>

24. http://www.wto.org/spanish/tratop_s/inftec_s/inftec_s.htm

Unidos que agrupa a mais de 500 cooperativas e pequenas empresas rurais de telecomunicações. Precisamos aprender destas experiências e somada à experiência do projeto piloto que executam FITEL e ITDG em Cajamarca, Peru ²³, desenvolver um modelo de gestão adequado..

Si a objeção é financeira, devemos dizer que o custo da infra-estrutura para criar as redes comunitárias inalámbricas é marginal si comparamos com o que custa cada ponto de conexão do sistema tradicional. Um só container LINCOS pode chegar a custar 150 mil dólares e ainda assim não provê nenhum sistema de rede para a comunidade.

A continuação enumeramos algumas vantagens do novo modelo proposto:

Os desafios

Para fazer realidade esta nova concepção de conectividade, várias coisas ainda devem ser verificadas com a comunidade más também com o Estado e as empresas do setor das telecomunicações.

Desafios Tecnológicos

A geografia põe travas ao desenvolvimento de infra-estrutura inalámbrica e há que adaptar-se a tecnologia a dita realidade. Assim mesmo é necessário avançar

para o desenvolvimento de dispositivos de conectividade que estejam ao alcance das famílias de zonas rurais e que estes dispositivos possam ser reparados localmente através de técnicos treinados para isso. Se requer para isso ações conjuntas do setor privado e dos institutos de investigação, das Universidades, além de ONGs que como ITDG estão interessadas em apoiar estes desenvolvimentos tecnológicos. Outro tema de importância é o desenvolvimento de dispositivos especiais para que os incapacitados possam fazer uso efetivo das redes comunitárias.

Desafios Regulatórios

O marco regulatório deve se conformar às novas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Transportes e Comunicações para assim formar as redes comunitárias que propomos. Se deve adequar as políticas de promoção das TIC como assinar o Acordo sobre Tecnologia da Informação, promovido pela OMC desde 1996²⁴. É necessário também ajustar os estándares de qualidade de serviço requeridos para zonas rurais e promover tarifas de interconexión asimétrica.

Desafios Financieros

O financiamiento da infra-estrutura básica deverá seguir provindo de FITEL pois para isto foi concebido, no entanto, o desenvolvimento das redes comunitárias

25. http://www.usda.gov/rus/telecom/rtb/index_rtb.htm

as ou sua expansão requererá maior capital. Parte deste financiamento poderá vir diretamente das comunidades, mas quando a rede requeira expandir-se quicá o administrador necessite de financiamento e algum esquema de crédito flexível deveria ser criado, tal como se criou em seu momento e ainda existe, o Rural Telephone Bank em USA ²⁵.

Desafios Sociais

Este é o desafio mais difícil pela fragilidade institucional existente no Peru e em vários países da região. Um esquema de como o que pensamos requer em sua base uma sólida organização social que em conjunto com a administração privada conseguirão sustentar o serviço. A construção desse tecido social é uma tarefa de longo prazo e há que começar a dar os primeiros passos. Em isso estamos...

O acesso da Sociedade Civil à gestão direta de meios de comunicação

gusgomez@
chasque.apc.org.
Ecuador.
(Asociación
Mundial de Radios
Comunitarias en
América Latina y
el Caribe (AMARC-
ALC)
Julio 2003

GUSTAVO GÓMEZ

No dia 6 de maio de 1994, em Santiago do Chile, a UNESCO e as Nações Unidas realizaram um “Seminário para o Fomento de Meios de Comunicação Independentes e Pluralistas”, com a participação de governos, empresários da iniciativa privada, acadêmicos e meios comunitários.

Na Declaração Final foram registrados conceitos que servirão de incentivo ao trabalho sobre legislações que a AMARC vem desenvolvendo em ALC:

“Tendo em vista a crescente importância dos meios de comunicação comunitários no processo democrático da região, solicitar à UNESCO que, com a colaboração de organizações profissionais e institutos de pesquisa, estude a atual situação dos meios de comunicação comunitários com relação à legislação, frequências, limitações de potência e restrições publicitárias, com o objetivo de formular recomendações a serem submetidas à consideração dos governos pertinentes”.

Além disso, foi solicitado ao programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (PIDC) da UNESCO e a agências doadoras que:

“apóiem projetos para a criação de novos meios de comunicação comunitários, tanto impressos quanto eletrônicos, bem como projetos que tenham como objetivo fortalecer os atuais meios de comunicação comunitários, ajustados à regulamentação internacional, especialmente aqueles meios de comunicação destinados às mulheres, à juventude, às populações indígenas e às minorias”.

Essas resoluções foram incluídas no Plano de Ação aprovado por unanimidade pelos presentes, tendo como fundamento a “condenação enérgica” às “pressões políticas e econômicas, tais como a censura, a restrição à aquisição de papel para periódicos e outros equipamentos e materiais profissionais; sistemas de licenças e controles abusivos que limitam a possibilidade de publicar ou transmitir...”.

Muitos marcos legais – obsoletos e discriminatórios, assim como as práticas administrativas vigentes em muitos de nossos países – impedem o surgimento de novas rádios comunitárias (bloqueio das frequências), ou dificultam o bom desenvolvimento daquelas já ins-

taladas (ameaças de fechamento, apreensão de equipamentos, proibição de ampliação de potência, de publicidade etc.).

Diante disso, AMARC-ALC estabeleceu a necessidade de contribuir para a transformação desses marcos legais e práticas discriminatórias, a fim de defender o simples exercício de nossos direitos e o de toda a Sociedade Civil, de nos expressar e de nos comunicar utilizando todos os meios possíveis, em especial através das frequências de radiodifusão.

A exclusão ao acesso ou as limitações a seu exercício não é exclusiva das rádios comunitárias, deixando fora empresários não monopolísticos. Por isso, não se trata de defender apenas os interesses das rádios associadas à AMARC-ALC — é imprescindível estabelecer a Democratização das Comunicações, ou seja, conquistar garantias legais, justas e democráticas, que assegurem a igualdade de oportunidades para que todos e todas possamos exercer eficazmente a liberdade de expressão.

Entretanto, a tarefa não é fácil e, muito menos, para uma única organização. Junto a outras redes de comunicação, assim como organizações internacionais de direitos humanos, estabelecemos a necessidade de conseguir que o Direito à Comunicação seja reconhecido e garantido como direito humano fundamental. Para tanto, a realização de eventos internacionais de debate desses temas e, em especial, uma estratégia para sensibilizar os organismos internacionais das Nações Unidas ou da Organização dos Estados Americanos estimulariam a criação de padrões internacionais que protejam os direitos das rádios comunitárias como um exercício da liberdade de expressão e o direito das grandes maiorias de ter acesso de forma justa e equilibrada às frequências de radiodifusão.

A escolha desses cenários não é feita por acaso. Para a AMARC-ALC o problema central não se encontra em aspectos técnicos ou econômicos, mas na violação de um dos Direitos Humanos básicos, essencial para a consolidação de nossas democracias.

Tanto no plano mundial como no nacional, pode-se e deve-se avançar na democratização dos marcos legais que regulamentam a radiodifusão e, em especial as regulamentações e sua aplicação por parte dos governos que utilizam esses mecanismos para impedir ou dificultar que a Sociedade Civil possa administrar diretamente seus próprios meios de comunicação.

Restrições às organizações da Sociedade Civil para prestar serviços de radiodifusão

A partir da leitura das legislações de vários países de nossa região, em matéria de radiodifusão, surge a constatação de que as possibilidades de exercer o direito à informação se vêem impedidas e limitadas, quando não decididamente negadas na maioria desses países.

Em alguns deles existem cláusulas explícitas segundo as quais são excluídas deste direito as entidades que não se formam como entidades comerciais, com o que são excluídas as fundações, as mutualidades, as cooperativas, os sindicatos, as entidades de bairros, as associações escolares e outras, tal como ocorre com a legislação argentina¹.

Em outros casos (mesmo quando existe previsão para que esses empreendimentos possam ter acesso a frequências), as restrições ou obstáculos se expressam mediante limitações ao alcance de suas emissoras, como é o caso das rádios chilenas de cobertura mínima², ou no Brasil³. Ou ainda à imposição de utilizar uma localização marginal do espectro violentando, assim, qualquer possibilidade de pluralismo, como acontece no Brasil com a autorização para um só canal em todo o país, dos 200 potencialmente disponíveis. É comum ver que as rádios não comerciais são impedidas de formar redes provisórias ou permanentes, o que conspira claramente contra a possibilidade de divulgar eventos de transcendência nacional ou regional, numa clara discriminação com relação a outros usuários.

Além disso, torna-se inviável a possibilidade de conseguir recursos próprios oriundos do reconhecimento da criação intelectual ou artística que desenvolvem. Esta discriminação com relação a outras formas jurídicas se estabelece, sobretudo, para as rádios administradas com fins sociais em quase todos os países (com exceção de Colômbia e Venezuela, com algumas limitações, e, recentemente, o Equador), confinando as rádioemissoras não comerciais ao amadorismo e limitando sua capacidade de independência.

Também é possível constatar a existência de regimes de leilão como único mecanismo de atribuição de frequências

radioelétricas, como na Guatemala⁴ e no Paraguai⁵, nos quais o fator econômico não só é preponderante, como também único. Este procedimento foi – em ambos os casos – duramente contestado pelo Relatório de Liberdade de Expressão e pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos⁶, por entender que a fortuna econômica não deve ser o critério para as decisões oficiais de ampliar autorizações de uso de espectro para o exercício do direito de informar e de ser informado.

São ainda mais graves as previsões legais e regulamentares pelas quais os radiodifusores de emissoras comunitárias têm limitações de conteúdo, considerando que não podem tratar de determinados temas. As cláusulas típicas neste assunto são aquelas que obrigam a divulgar exclusivamente temas educativos, culturais ou sociais, como se se tratasse de órgãos de propaganda e não de meios de comunicação social. É o que ocorre em vários países da região⁷.

Finalmente – e nem por isso menos importante – é a imposição de sanções mais graves que a outros radiodifusores, que redundam até mesmo no fechamento da emissora, devido a infrações que, para os meios comerciais implicariam, apenas, uma repreensão ou uma advertência. A situação mais clara desse tipo pode ser encontrada no diferente tipo de consideração à proteção contra as interferências prejudiciais daquelas que gozam plenamente as emissoras comerciais e não as da sociedade civil, o que significa uma clara violação da igualdade diante da lei⁸.

Embora, algumas vezes, as leis e as próprias constituições reconheçam o acesso à igualdade de oportunidades, os regulamentos específicos e requisitos de outorga incluem condições que limitam bastante ou impedem essa possibilidade. É o caso da exigência de

1. Art. 45 Lei 22.285.

2. Somente 1 watt, segundo a Lei 18.168 artigo 3, o que permite alcançar poucas quadras.

3. A lei nº 9.612 estabelece o máximo de 25 watts, mas o regulamento (Decreto 2/98) é mais restritivo ainda: permite a liberdade de expressão apenas num raio de 1 quilômetro.

4. Decreto 94/96. Arts. 61, 62 e concordantes.

5. Lei 642, Artigo 70 ao exigir pagamento por única vez como requisito de acesso, sem prejuízo do cânone del 1% anual.

6. Informe CIDH especial sobre a Guatemala OEA/Ser.L/V/II.111 6/4/2001, ponto 30 e, sobre o Paraguai, OEA/Ser.L/V/II.110 doc. 52 9 março 2001, ponto 53.

7. Por exemplo, no Peru (D.S. nº 013-93, Artigo 99), Venezuela: (Faltando continuação no original)

8. É o caso do Brasil: Dto. Regulamento 2/98. Artigo 27.



entradas técnicas ou econômicas para o acesso à participação dos sistemas de aplicação, fechados para as emissoras pequenas⁹. Também é o caso de situações em que se exige ter uma natureza social específica para postular, atentando contra a liberdade de associação¹⁰.

Junto com essas disposições explícitas dos marcos legais vigentes, as práticas administrativas – em sua aplicação – trazem novas fontes discricionária e de discriminação. A ausência de mecanismos justos, democráticos e, sobretudo, transparentes, favorece o fato de que as frequências radioelétricas sejam entregues – como verdadeiros presentes – a amigos políticos ou a empresários íntimos do poder¹¹.

Entretanto, podem ser destacadas algumas regulamentações promissoras quanto ao acesso às frequências radioelétricas¹², assim como modificações legais recentes cuja tendência é incorporar pautas de aplicação de melhores políticas para as rádios não comerciais, como a legislação equatoriana que elimina discriminações de conteúdo e de acesso à arrecadação publicitária¹³, ou decisões governamentais que começam a resolver parcialmente esta situação discriminatória, como no Paraguai¹⁴.

A atividade radiodifusora

Normalmente, a radiodifusão é considerada num segundo plano com relação à liberdade de imprensa e ao direito à informação, no entendimento equivocado de que se trata de um serviço meramente comercial, ou que suas questões são meramente técnicas.

Para a AMARC, trata-se de atribuir à radiodifusão a importância normativa que ela merece, partindo do princípio de estamos falando de uma atividade pela qual se exerce o direito expresso no artigo 13 da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH) e no artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, considerando que o fato de que se realize por um determinado meio técnico não deve ser impedimento para que seja reconhecido como tal.

De forma prévia, do ponto de vista exclusivamente técnico, encontram-se aqueles que se referirão a ela como uma espécie dentro do gênero das radiocomunicações, o que permitirá reduzir a atividade a uma das várias formas de “telecomunicações”.

Esta classificação não teria muita importância, na medida em que a localização nessa descrição submeteria a atividade às próprias considerações da telefonia ou dos correios.

Do ponto de vista do direito internacional, porém, a radiodifusão é o exercício da liberdade de imprensa por um suporte tecnológico diferente do papel. Assim, partindo dos princípios de universalidade reconhecidos no art. 19 da Declaração dos Direitos Humanos de

1948 e no art. 13 parágrafo 1 da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969:

“Toda pessoa tem o direito de receber, divulgar e investigar informações e opiniões por qualquer meio de sua escolha”.

Dentro do Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos, esta afirmação é enfatizada devido às previsões do art.13.3 que assinala:

“Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel para periódicos, de frequências radioelétricas, ou de móveis e aparelhos usados na difusão de informação, ou por quaisquer outros meios orientados a impedir a comunicação e a circulação de idéias e opiniões”.

No mesmo sentido, a Corte Interamericana de Direitos Humanos assinala que “A liberdade de imprensa não se esgota no reconhecimento teórico do direito de falar ou escrever, mas compreende, inseparavelmente, o direito de utilizar qualquer meio apropriado para difundir o pensamento e fazê-lo chegar ao maior número de destinatários”¹⁵.

As frequências radioelétricas

É particularmente importante destacar qual é a natureza do objeto apreciado na atividade radiodifusora e também qual é a facilidade ou não a seu acesso, o que deve ser debatido a fim de considerá-lo como um indicador de efetivo respeito aos direitos humanos. Trata-se das frequências.

O espectro radioelétrico é Patrimônio da Humanidade, ou seja, de todos nós. Os Estados não são donos das ondas – são apenas seus administradores. Para o melhor uso do limitado espectro, a União Internacional de Telecomunicações (UIT) distribui “pacotes” de frequências aos países, para que se encarreguem de sua administração em seus territórios, de forma a” – entre outras coisas – evitar as interferências entre serviços de telecomunicações.

A regulamentação internacional sobre este tópico surge dos Convênios da União Internacional de Telecomunicações, cujo artigo específico, na Recomendação 2 da Resolução 69 UIT (incorporada aos Acordos de Genebra de dezembro de 1992 em Kioto, durante 1994) afirma:

“considerando a Declaração de Direitos Humanos de 1948, a Conferência de Plenipotenciários da União Internacional das Telecomunicações, consciente dos nobres princípios da livre difusão da informação e de que o direito à comunicação é um direito básico da comunidade RECOMEN-

9. Este é o caso do México, devido à exigência de contar com determinado equipamento de difícil acesso, ou a necessidade de contar com avais técnicos de difícil acesso para las comunidades pobres.

10. Venezuela Decreto nº. 1.521. 03 de novembro de 2001. Artigo 2º.

11. Uruguai.

12. Colômbia e Venezuela: Decreto 1.447/95 e Decreto nº. 1.521.

13. Decreto Supremo nº 256-A e suas reformas posteriores.

14. Resolução 2002/2002 da CONATEL que abriu a possibilidade de normalizar mais de cem emissoras de baixa potência.

15. Opinião Consultiva 5/85

DA: aos estados para que facilitem a livre difusão de informação pelos serviços de telecomunicações”.

No artigo 1 subparágrafo 11 é estabelecida na Constituição da UIT que:

“a União efetuará a atribuição de frequências do espectro radioelétrico e a adjudicação de frequências radioelétricas e fará o registro das concessões das frequências e das posições orbitais associadas no campo de ação dos satélites geoestacionários, a fim de evitar qualquer interferência prejudicial entre as estações de radiocomunicação dos diferentes países.”

Desta forma, compete aos Estados (e não necessariamente aos Poderes Executivos), apenas sua gestão. Por isso, quando se concede uma frequência, não estão cedendo ou “concedendo” um direito aos cidadãos e cidadãs sobre um bem que é estatal. Deveria ser o simples reconhecimento de um direito preexistente e inerente às pessoas, para o qual é necessário um registro ou uma licença, de forma a ordenar o acesso a um recurso natural limitado. A maneira como o Estado usa ou abusa desta capacidade administradora torna-se chave, então, para permitir ou evitar que o acesso às frequências “Patrimônio da Humanidade” seja feito de forma transparente, justa e equilibrada.

Por isso afirmamos que –e na medida que o esgotamento desse espectro é a única limitação legítima em matéria de acesso– a administração delas está sujeita, do ponto de vista técnico, aos regulamentos da UIT e, do ponto de vista jurídico e político, às Convenções e Declarações de Direitos Humanos e suas autênticas interpretações pelos órgãos institucionais dos Sistemas de proteção estabelecidos. No caso em pauta, a Convenção Americana, a Declaração de Princípios da CIDH e as sentenças e opiniões consultivas da Corte Interamericana.

Dessa forma, estamos diante de uma forma particular de exercício da liberdade de expressão, devendo prevalecer – no momento das classificações – o conteúdo e não o continente ou os mecanismos de transmissão de informação.

A esse respeito assinala a Comissão Interamericana de Direitos Humanos em sua Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão aprovada em seu 108º Período de sessões (outubro de 2000):

12. As concessões de rádio e televisão devem considerar critérios democráticos que garantam a igualdade de oportunidades para todos os indivíduos no acesso a elas.

13. A utilização do poder do Estado e os recursos da receita pública; a concessão de regalias alfandegárias;

a atribuição arbitrária e discriminatória de publicidade oficial e de créditos oficiais; a outorga de frequências de rádio e televisão, entre outros, com o objetivo de pressionar e castigar, ou de premiar e privilegiar os comunicadores sociais e os meios de comunicação em função de suas linhas de informação, atentam contra a liberdade de expressão e devem ser expressamente proibidas por lei.

No mesmo sentido também se pronunciaram os três relatores de Liberdade de Expressão da OEA, da ONU e da OSCE nos dias 19 e 20 de novembro de 2001, intitulada “Desafios à Liberdade de Expressão no Novo Século”:

“A promoção da diversidade deve ser o objetivo primordial da regulamentação da radiodifusão; a diversidade implica igualdade de gênero na radiodifusão e igualdade de oportunidades para o acesso de todos os segmentos da sociedade às ondas de radiodifusão”.

Nesse mês, mais precisamente no dia 2 de abril, na cidade de Washington, o Informe Anual sobre a Situação da Liberdade de Expressão nas Américas (ano 2002), que faz parte do Informe da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) assinala que “é inadmissível o estabelecimento de marcos legais discriminatórios que obstaculizam a adjudicação de frequências a rádios comunitárias”.

Este informe inclui, pela primeira vez, um capítulo denominado “O exercício da liberdade de expressão por meios de comunicação comunitários”, cuja conclusão recomenda aos Estados que “em sua função de administradores das ondas do espectro radioelétrico devem atribuí-las de acordo com critérios democráticos que garantam a igualdade de oportunidades a todos os indivíduos no acesso a eles”.

Segundo a Relatoria, “as rádios chamadas comunitárias, educativas, participativas, rurais, insurgentes, interativas, alternativas e cidadãs são, em muitos casos, e quando atuam no marco da legalidade, as que ocupam os espaços deixados pelos meios de comunicação de massa; apresentam-se como meios que canalizam a expressão em que os integrantes do setor pobre costumam ter maiores oportunidades de acesso e participação em relação às possibilidades que poderiam ter nos meios tradicionais”.

Por sua importância como “canais de exercício da liberdade de expressão” e pela “necessidade crescente de expressão das maiorias e minorias sem acesso a meios de comunicação, e sua reivindicação ao direito de comunicação, de livre expressão de idéias, de difusão de informação é imperativa a necessidade de buscar bens e serviços que assegurem condições básicas de dignidade, segurança, subsistência e desenvolvimento”.